

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Políticas de Geração de Trabalho e Renda: Implantação do Consórcio Social da Juventude na
Região de Florianópolis

Monografia submetida ao Departamento de Ciências – Econômicas para de carga horária na
disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: Luiz Fernando Nieuwenhoff Schefer

Orientadora: Prof. Carmen Rosário O. G. Gelinski

Área de Pesquisa: Mercado de Trabalho

Palavras – Chaves: 1 Desemprego

2 Políticas Públicas

3 Inserção Social e Profissional

Florianópolis, agosto de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao aluno Luiz Fernando Nieuwenhoff Schefer na Disciplina CNM 5429 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Carmen Rosário O. G. Gelinski

Prof. Armando Melo Lisboa

Profª Nadir Esperança Azibeiro

SÚMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Objetivos.....	4
1.1.1	Objetivo Geral	4
1.1.2	Objetivos específicos	4
1.2.	Metodologia.....	5
1.3.	Estrutura da Monografia.....	6
2.	ALTERAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO INFLUENCIADAS POR MUDANÇAS NAS RELAÇÕES PRODUTIVAS DO MODO DE PRODUÇÃO VIGENTE..	8
2.1.	Impactos sobre a força de trabalho decorrentes das alterações do modo de produção vigente	12
2.2.	Alterações nas relações do Estado no que se refere a adoção de políticas públicas de geração de trabalho e renda, influenciadas por alterações no modo de produção vigente	14
2.3.	Adoção de políticas Públicas de geração de trabalho e renda para juventude	16
2.4.	Políticas atuais de geração de trabalho e renda para a juventude.....	18
3.	DESCRIÇÃO DOS CONSÓRCIOS SOCIAIS DA JUVENTUDE	21
3.1.	Critérios para participação dos jovens.....	21
3.2.	Qualificação profissional e benefícios oferecidos.....	22
3.3.	Inserção no mercado de trabalho	22
3.4.	Estrutura Organizacional do Programa.....	23
3.5.	Histórico do Programa Primeiro Emprego e do Consórcio social da Juventude	23
3.6.	Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana.....	24
3.6.1.	Executoras	25
3.6.2.	Processo de inscrição.....	26
3.6.3.	Formação Profissionalizante.....	27
3.6.4.	Grandes Encontros e Práticas Esportivas	30
3.6.5.	Trabalho Voluntário e pagamento do auxílio financeiro.....	31
3.6.6.	Estrutura organizacional do projeto:.....	32
3.6.7.	Custos do projeto.....	33
3.6.8.	Evasão do Consórcio Social da Juventude	34
3.6.9.	Casa da Juventude	35
4.	PERFIL DO JOVEM PARTICIPANTE DO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE	36
4.1	Perfil do Jovem Atendido.....	36
4.2	Perfil do Jovem participante do Consórcio Social da Juventude.....	38
5.	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO METROPOLITANA	46
5.1.	Mercado de trabalho juvenil na atualidade.....	46
5.2.	Dados estatísticos sobre Inserção no Mercado de Trabalho.....	51
5.3.	Algumas considerações sobre as inserções no mercado de trabalho.....	52
5.4.	Formas alternativas de geração de trabalho e renda.....	59
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
ANEXOS	70

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 Ficha Cadastral do Jovem	70
Anexo 2 Como o jovem vê o projeto Aroeira	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Idade dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana	39
Figura 2 Naturalidade dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana	40
Figura 3 Raça/ cor dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana	40
Figura 4 Escolaridades dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana que estudam.	42
Figura 5 Renda familiar dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Entidades Executoras do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana, 2005	26
Tabela 2 Cursos profissionalizantes realizados pelos jovens do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana	28
Tabela 3 Gastos do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana com atividades de qualificação de jovens.....	33
Tabela 4 População Residente por faixa etária, nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José, 2006.....	37
Tabela 5 Dados sobre alfabetização de jovens de 16 a 24 anos dos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José.....	37
Tabela 6 Renda Própria e Situação de trabalho e Estudos de jovens entre 16 e 24 anos nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José.....	38
Tabela 7 Admissões e Desligamentos por setores nos Municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José para jovens entre 16 e 24 anos, em 2005.....	47
Tabela 8 Admissões e Desligamentos por tipo de vínculo nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José, para jovens entre 16 e 24 anos em 2005	48
Tabela 9 Admissões e Desligamentos, por grau de instrução, nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José para jovens entre 16 e 24 anos em 2005	49
Tabela 10 Admissões e Desligamentos, por grau de instrução e subgrupo ocupacional, nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José para jovens entre 16 e 24 anos em 2005	50
Tabela 11 Vínculo Empregatícios em 31/12/2004 para jovens entre 16 a 24 anos nos Municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José	50
Tabela 12 Vínculo em 31 de dezembro de 2004, para jovens entre 16 a 24 anos, dos municípios de Biguaçu, Florianópolis, São José, Palhoça e Paulo Lopes, por Subgrupo Ocupacional.....	51
Tabela 13 Vínculo Empregatícios em 31/12/2004, por grau de escolaridade para jovens entre 16 a 24 anos nos Municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José.....	52

RESUMO

Índices cada vez maiores de criminalidade, desemprego e exclusão social atingem e assustam o Brasil e o mundo. A sociedade e o Estado se encontram cada vez mais atentos à necessidade de adoção de medidas geradoras de trabalho e renda. O presente trabalho pretende verificar de que forma o Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana, um dos programas vinculados ao Primeiro Emprego, se insere no conjunto de políticas de geração de trabalho e renda, procurando descrever o programa, o perfil dos jovens atendidos, bem como o perfil dos jovens inseridos no mercado de trabalho ao final das atividades. Ao longo dos meses de setembro de 2005 a março de 2006 foram atendidos 1200 jovens, de 16 a 24 anos, de áreas empobrecidas dos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça e Paulo Lopes, por meio de 400 horas de qualificação, dos quais, ao final das atividades, 407 foram inseridos no mercado de trabalho por meio de empregos com carteira assinada, estágios ou formas alternativas de geração de trabalho e renda. O perfil do jovem participante do programa foi: jovens em sua maioria na faixa etária de 16 a 18 anos (72,2%); natural da cidade de Florianópolis (54,3%); da cor branca (46,5%) e afrodescendente (49,3%); com ensino fundamental incompleto (60,86%); e renda familiar extremamente baixa (27,7% declararam renda entre R\$ 30 a R\$ 150,00).

1. INTRODUÇÃO

Paralelamente aos ganhos provenientes dos avanços científicos que possibilitaram ao gênero humano o desenvolvimento de atividades inimagináveis há um século, ganha cada vez mais relevância em tal processo, a questão quanto à forma desigual como tais avanços têm beneficiado a população, haja vista a segregação sócio-econômica que coloca cada vez mais em lados opostos uma pequena fatia da população detentora dos benefícios de tais avanços, ante uma fatia cada vez maior da população, excluída de tal processo e, concomitantemente, cada vez mais carente de direitos básicos como saúde, educação, moradia etc.

A ascensão e desenvolvimento do capitalismo, juntamente com os avanços tecnológicos que possibilitaram os lucros que incentivariam novos investimentos em processos produtivos e novos avanços tecnológicos, trouxeram consigo um processo contínuo de competição entre capitais produtivos, de centralização e concentração cada vez maior do capital, agora não mais dispersos na figura dos pequenos artesões do século XVIII, mas concentrado em grandes complexos industriais e/ou multinacionais cada vez menos restritas aos seus países de origem. Deste modo há a necessidade cada vez maior de reverter a tendência histórica de decréscimo da taxa de lucros que culminaram cada vez mais na ótica de substituição de capital humano (mão-de-obra) por capital produtivo (máquina e equipamento) favorecendo o processo de empobrecimento da massa de população (destituída de seus postos de trabalho), aumento das taxa de desemprego, violência, exclusão social e várias outras conseqüências nefastas que prejudicam a população (MARX, 1968).

Estas relações conflituosas de produção e distribuição dos ganhos produtivos também se fazem presentes quando se observam as características de formação do território brasileiro. É nesse sentido que se insere o *descobrimento* e colonização do Brasil como economia primário-exportadora de bens inexistentes no mercado Europeu (principalmente cana-de-açúcar e café), criando aqui as bases do processo de acumulação primitiva de capital e extração de mais-valia, primeiramente de uma mão-de-obra escrava (até fins do século XIX), chegando ao estágio de transformação do fator mão-de-obra assalariada em mercadoria.

Um cenário de exploração e dependência das receitas geradas pela exportação de bens de baixo valor agregado em que também se insere a figura do Estado, principalmente durante o período de 1930 a 1980 em que, ante as características de um país até então

preponderantemente agrícola chama para si a responsabilidade pelo processo de modernização e industrialização da economia Brasileira. Atua, neste sentido, como agente de desenvolvimento, realizando investimentos em setores chaves como infra-estrutura (portos, estradas, ferrovias) e indústrias de base (Cia Vale do Rio Doce e Cia Siderúrgica Nacional).

A realização de investimentos em setores inexistentes até então, juntamente com um processo de normatização das relações entre capital e trabalho (criação da CLT, criação do salário mínimo, FGTS, férias) que objetivaram entre outras coisas a atração de investimento de capital externo e o acirramento do processo de acumulação do capital, agora em bases mais ampliadas, criando e desenvolvendo aqui os bens de capital que possibilitariam a reprodução endógena do processo de acumulação e expropriação do excedente produtivo.

A adoção de medidas que durante quarenta anos impuseram ao Estado a condição de principal agente incentivador de atividades que possibilitassem o crescimento e desenvolvimento do país ainda em formação, alcançando, porém, limitações após o ‘milagre econômico’ da década de 1970, quando problemas externos e internos como as duas crises do petróleo, altas das taxas de juros externas e dificuldade no pagamento das dívidas interna e externa (que acabaram culminando com a moratória dos anos 1980) começaram a demonstrar as dificuldades que caracterizariam os anos 1980 e 1990 de, não apenas manter intacto o caráter de Estado desenvolvimentista e dar continuidade ao processo de substituição de importações, mas até mesmo de conseguir oferecer bens públicos de qualidade.

A redução da função do Estado como agente desenvolvimentista também se observa no Brasil, a partir dos anos 1990 por meio de um processo de privatização, abertura comercial e diminuição do Estado, alçando à iniciativa privada, via criação de multinacionais (processo de concentração e centralização do capital), a capacidade de ofertar bens e serviços a uma população cada vez mais miserável e empobrecida.

A ocorrência de transformações nas relações produtivas entre os agentes que se refletem diretamente no mercado de trabalho, via o acirramento do processo de substituição, por máquinas e equipamentos, de atividades antes realizadas, preponderantemente, por capital humano, de mudança e aprimoramento dos modelos fordista e taylorista, por uma noção mais flexível e organização do trabalho (toyotismo, terceirização da produção), acarretam o aumento das taxas de desemprego, *flexibilização* das relações trabalhistas, achatamento dos salários reais e o aumento da informalidade do mercado de trabalho.

Desta forma, diante deste cenário de aumento das taxas de desemprego, de perda da capacidade do Estado de financiamento do processo de crescimento e desenvolvimento do país (hoje bastante limitado pela adoção de políticas monetárias e fiscais contracionistas), e de aumento da participação da iniciativa privada nos setores mais produtivos do país, a atuação do Estado, no que tange ao mercado de trabalho, tem estado focada na implementação de programas de curta duração de qualificação e capacitação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, via utilização de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), dos quais são exemplos programas como: Consórcio Social da Juventude, Escola de Fábrica, Aprendizagem, Soldado Cidadão.

Dentre os programas citados, os Consórcios Sociais da Juventude são um dos subprogramas que compõem o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Governo Federal que, via parcerias entre governo e a sociedade civil organizada, visa elevar o nível de escolaridade e qualificação profissional de jovens entre 16 e 24, em situação de desemprego involuntário, que estejam estudando ou já tenham completado o ensino médio, tenham baixa renda (renda familiar não pode ultrapassar meio salário mínimo) e que nunca tenham tido sua carteira de trabalho assinada. Também é dada prioridade a jovens afro-descendentes, indígenas, deficientes físicos e/ou em conflito com a lei. Com a elevação do nível de escolaridade e qualificação profissional visa promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda. Em nível nacional já foram inaugurados 25 Consórcios Sociais da Juventude, atendendo a 35.805 jovens, sendo a verba destinada em 2005 para esse programa, pelo Ministério do Trabalho da ordem de R\$ 63.652.926,66 (MTE, 2006). Os Consórcios estão presentes nas cidades de: Florianópolis, Belém, Brasília e entorno, Fortaleza, Guarulhos, João Pessoa, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís, São Paulo e Teresina.

Em Florianópolis o Consórcio, denominado Aroeira, atendeu os municípios de Florianópolis, Biguaçu, São José, Palhoça e Paulo Lopes, totalizando a qualificação de 1200 jovens, no período de 7 de julho de 2005 a 31 de março de 2006, via a atuação de 19 entidades de interesse público sem fins lucrativos.

Assim, dada às transformações do modo de produção capitalista no sentido de um progresso técnico cada vez maior e de uma tendência cada vez maior de financeirização e internacionalização da economia, com impactos diretos sobre a mão-de-obra trabalhadora (aumento do desemprego, flexibilização das relações de trabalho, aumento do emprego formal e achatamento dos salários). Observada a incapacidade cada vez maior do Estado em oferecer

respostas a tal cenário, principalmente no que se refere à manutenção de políticas expansionistas que garantam crescimento econômico e possibilitem geração de trabalho e renda, estando atualmente restringida, por políticas fiscais e monetárias extremamente restritivas, à adoção de políticas de requalificação profissional e de programas de redistribuição de renda, cabe tentar se verificar de que forma estas políticas de requalificação profissional e redistribuição de renda se inserem no cenário atual de Políticas Públicas de Geração de Trabalho e renda, via o estudo de um dos programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, a saber: o Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana.

A adoção de programa de qualificação e geração de trabalho e renda para a juventude¹ torna-se cada vez mais relevante quando se observam os índices de violência, exclusão social e taxas de desemprego que assolam tal camada da população. Dados da Unesco (2004) apontam que 20,3% dos jovens entre 15 a 24 anos (6,7 milhões) não estudam nem trabalham. Por outro lado, enquanto a mortalidade por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de trânsito) é 48,14 para grupos de 100.000, para a população total brasileira, salta para 74,42 para a população de 15 a 24 anos².

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Verificar de que forma o Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana se insere no conjunto de políticas de geração de emprego, trabalho e renda.

1.1.2 Objetivos específicos

- Descrever as mudanças ocorridas no modo de produção capitalista e os seus impactos no mercado de trabalho, bem como o comportamento das políticas públicas de emprego e renda adotadas no Brasil.

¹ A Assembléia geral das Nações Unidas define “jovem” como o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos (UNESCO, 2004).

² Relatório de Desenvolvimento Juvenil (UNESCO, 2004)

- Descrever a implantação do Consórcio Social da Juventude na Região Metropolitana de Florianópolis.
- Quantificar e qualificar as formas de inserção no mercado de trabalho possibilitadas pelo Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região;
- Quantificar e qualificar o perfil do jovem participante do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região;

1.2. Metodologia

A metodologia utilizada para a realização de tais objetivos será a do método descritivo, que como observa Gil (2002, pg. 42)

(...) tem como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Como modelo operativo e conceitual da pesquisa será primeiramente utilizada a pesquisa bibliográfica, “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44) buscando fazer um levantamento da bibliografia referente ao mercado de trabalho e às políticas de geração de trabalho e renda.

Feito isto procurará fazer um levantamento, entendido como “... solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados” (GIL, 2000, p. 50), objetivando qualificar e quantificar o perfil do jovem participante do Consórcio. Para isto foram tabulados, via utilização do programa estatístico, 1213 questionários de inscrição (vide anexo ficha cadastral do jovem ingressante no programa primeiro emprego) dos jovens participantes do mesmo. O mesmo procedimento será utilizado para quantificar e qualificar as formas de inserção no mercado de trabalho dos jovens participantes Consórcio

A grande maioria das inscrições dos jovens se deu no período de julho a agosto de 2005, se estendendo, porém, até final do mês de outubro, haja vista a desistência de alguns dos jovens pré-inscritos, na maioria das vezes em razão de terem conseguido uma colocação no mercado de trabalho, possibilitada pela abertura de postos de trabalho para as atividades turísticas de fim de ano de cidades como Florianópolis, que vê dobrada sua população no período de férias. Tal fato acabou justificando a necessidade de tabulação de um número maior de questionários

do que os dos 1200 atendidos pelas atividades do Consórcio. Como marco de quantificação e qualificação do jovem participante do programa também foi utilizado a “Pesquisa informativa a respeito de como o Jovem Viveu o Projeto Aroeira”, via amostragem, realizada no final das atividades do Consórcio, entre fevereiro e março de 2006. Também serão utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Rais – Relação Anual de Informações Sociais³, Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, Unesco e IPEA – Instituto de Pesquisas Estatísticas, a fim de quantificar informações sobre o mercado de trabalho.

Será, ainda, utilizado o modelo operativo e conceitual do tipo pesquisa ação, entendido como:

um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo” (THIOLLENT, 1895, p. 14 *apud* GIL, 2002, p. 55)

A utilização deste modelo será via a atuação do autor, participante das atividades do 1º Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região, como monitor, bem como a captação de relatos de outros participantes do mesmo, principalmente através do Relatório Final Técnico-pedagógico de atividades do Consórcio: Análises do processo a partir das perspectivas setoriais (2006) e do livro resultado das atividades do Programa: Que cara tem o Aroeira? (AZIBEIRO, 2006).

1.3. Estrutura da Monografia

A monografia está distribuída em cinco capítulos, aqui incluída a introdução, compreendida com o capítulo 1. No capítulo 2 será feita uma revisão teórica sobre um dos temas relacionados às políticas de geração de trabalho e renda. Buscar-se-á, concomitantemente: observar as transformações por que tem passado a organização do trabalho (Fordismo, Taylorismo e Toyotismo); as implicações que tais transformações tiveram sobre o trabalhador, ou seja, o contingente de pessoas que vendem sua força de trabalho em troca de salário; as implicações que tais transformações tiveram sobre a atuação do Estado e

³ O Caged, que considera o estoque de empregados com vínculo em 31 de dezembro de cada ano, engloba apenas os trabalhadores formais celetistas (regidos pela Consolidação das Lei do Trabalho), enquanto a Rais, que descreve as variações entre admitidos e desligados mensalmente, inclui, também, os trabalhadores estatutários, temporários e avulsos (MTE, 2006).

quais as políticas que têm sido adotadas visando amenizar, intermediar e/ou solucionar as relações entre capital e trabalho, principalmente no que diz respeito aos jovens entre 16 e 24 anos.

No capítulo 3 será feita uma descrição geral dos Consórcios Sociais da Juventude, bem como a descrição do Consórcio realizado na Região da Grande Florianópolis.

No capítulo 4 será feita uma descrição do Perfil dos jovens participante do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região, a partir da descrição do Perfil dos jovens brasileiros.

No capítulo 5 serão discutidas as formas de inserção no mercado de trabalho dos jovens participantes nas categorias estágio, emprego com carteira de trabalho e inserção via formas alternativas de geração de trabalho e renda.

Por fim serão observadas as considerações finais acerca da discussão sobre a forma como o Consórcio se insere nas políticas de geração de trabalho e renda.

2. ALTERAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO INFLUENCIADAS POR MUDANÇAS NAS RELAÇÕES PRODUTIVAS DO MODO DE PRODUÇÃO VIGENTE

O conceito de trabalho tem passado historicamente por grandes transformações, evoluindo de acordo com a forma de organizar a produção e reprodução da vida, bem como do resultado da interação criativa entre ação e reflexão, prática produtiva e teoria da organização social para a produção e reprodução da vida. (CATTANI, *et al.*, 2003)

Neste sentido, o conceito de trabalho tem interagido e se modificado no decorrer da atuação histórica do homem, primeiramente como nômade e caçador, em que o fator preponderante de sua utilização era a satisfação das necessidades físicas e biológicas necessárias à sobrevivência, sendo relevante a noção de ócio; passando para um estágio de sedentarização, de formação de grupos de indivíduos, impulsionado pela revolução agrícola e posteriormente pela Revolução Industrial, em que aparece a noção de propriedade privada e de produto excedente; até chegar ao estágio de desenvolvimento do trabalho como instrumento de produção e reprodução do capital, via transformação da força de trabalho em mercadoria, em que “o trabalho é atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo, assim, para a reprodução da vida humana, individual e social” (MARX, 1968).

Como marco histórico do processo de transformação da força de trabalho em instrumento de satisfação das necessidades físicas do homem nômade e caçador até o estágio de transformação do trabalho em mercadoria – venda da força de trabalho em troca de um salário – atuam com relevância a Primeira Revolução industrial, marco da primeira divisão internacional do trabalho (POCHMANN, 2001), na medida em que recaiu no desenvolvimento do progresso e da razão científica, acirrando o processo de produção consumo e distribuição de mercadorias, porém com efeitos ainda de pouca relevância no dia-a-dia da população das fábricas, em razão do frágil progresso tecnológico e organizacional do trabalho e em razão da inexistência de um poder hegemônico, ainda em disputa entre patronato, mercado e Estado (FERREIRA, *et al.*, 2001).

Uma situação que ganha novos contornos com o advento da segunda Revolução industrial - via substituição do componente carvão e energia a vapor por eletricidade e petróleo, em que ganha impulso o processo de precarização das relações de trabalho e aumento da jornada de trabalho. Instauração de um novo cenário em que trabalhador é destituído dos instrumentos de trabalho, passando a vender sua força de trabalho em troca de um salário, responsável pela reprodução de sua força de trabalho, perdendo o controle sobre as técnicas e procedimentos de elaboração do mesmo, agora centralizado na figura do administrador e do dono de fábrica, detentor dos meios de produção, dando impulso a fase de ouro do capitalismo no século XX, fortemente marcada pela polarização entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética (HOBBSAWM, 1995), e pela emergência de uma segunda divisão internacional do trabalho (POCHMANN, 2001)

Neste contexto é que se insere a forma de organização da administração produtiva sobre as bases do Fordismo/ Taylorismo, de divisão entre concepção e execução, com a centralização das decisões de comando e controle da figura de um supervisor, fragmentação e especialização das tarefas antes realizadas pelo mesmo trabalhador e simplificação e desqualificação do trabalho (CHIAVENATO, 1994).

Uma visão de trabalho como mercadoria que novamente ganha novos contornos quando transformações dos anos 1970 e 1980 do século XX e início do século XXI no mercado de trabalho, de avanços tecnológicos, produção flexível, concentração e centralização do capital via substituição da compra de força de trabalho por máquinas e equipamento e perda da noção de Bem-Estar Social colocaram em xeque a importância central da noção de trabalho como instrumento de criação e reprodução de valor e reduzem o poder e benefícios conquistados pela classe trabalhadora, cada vez mais vista como um “problema” para os proprietários dos meios de produção (HARVEY, 1993). Uma situação em parte decorrente do sonho de que máquinas “inteligentes” pudessem substituir a mão-de-obra humana, via a capacidade da sociedade, diante de tais avanços tecnológicos e dos ganhos de produtividade possibilitado por tais tecnologias, de produzir cada vez mais bens e serviços com a utilização de tempo cada vez mais reduzido.

Neste sentido alguns autores como DE MASI (1999) afirmam que “‘o trabalho’ se confundirá com o tempo livre, com o estudo e com o jogo, enfim, com o ‘ócio criativo’”, acentuada em transformações como a passagem da produção de bens à produção de serviços;

a crescente importância da classe de profissionais liberais; ao papel central do setor terciário e ao advento de máquinas inteligentes que são capazes de substituir o homem também nas funções que exigem um esforço intelectual (BELL, *apud* DE MASI, 2000). De igual forma Rifkin (1995, p. 10) proclama a “a transição para uma sociedade quase sem trabalhadores (...) uma grande mudança nos paradigmas econômicos, marcado pela transição de recursos energéticos renováveis para os não-renováveis e de fontes de energia biológica para as mecânicas”.

Já para Harvey (1993) desde os anos 70 vem ocorrendo mudanças culturais, políticas e econômicas, bem como a ascensão de modos mais flexíveis de organização e acumulação do capital, mudanças práticas de consumo, de mobilidade geográfica, resultado da busca de soluções financeiras para a tendência de crise de tal período, porém um tanto quanto superficial no que se refere ao surgimento de uma sociedade pós-industrial inteiramente nova.

Capra (1986) observa que a sociedade encontra-se numa crise decorrente da tentativa de aplicar os conceitos de uma visão de mundo obsoleta – a visão do mundo mecanicista da ciência cartesiana - a uma realidade que já não pode ser entendida por meio dos mesmos conceitos, haja vista transições como o declínio do patriarcado, da era do combustível fóssil, que colocam a situação de um mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos (biológicos, psicológicos, sociais e ambientais) se mostram cada vez mais sob uma ótica sistêmica e interdependente.

Com o advento e desenvolvimento tecnológico o que se observa é uma tendência de substituição de capital variável por capital constante (MARX, 1968) via substituição de um contingente de mão-de-obra assalariada por máquinas e equipamentos e a cristalização de uma nova divisão internacional do trabalho, por meio da utilização de mão-de-obra a baixos custos, além do uso intensivo de matéria-prima e de energia, principalmente nos países não ricos (POCHMANN, 2001) Como observa Antunes (1997):

(...) o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção á lógica de mercado (p.16)”.

Há de se destacar também fatos relevantes como as duas crises do petróleo, a financeirização da economia, as moratórias dos países do terceiro mundo, aumento das taxas

de juros e dos índices de inflação mundial, que abalam tais políticas, como indicadores das importantes transformações no modelo de produção adotado.

Dada a abrangência e intensidade da crise estrutural, o capital vem procurando responder por meio de vários mecanismos, que vão desde a expansão das atividades especulativas e financeiras até a substituição ou mescla do padrão taylorista e fordista de produção pelas várias formas de “acumulação flexível” (Harvey, 1992) ou pelo chamado toyotismo ou modelo japonês. (ANTUNES, 2002. p.)

A atuação de transformações que, neste sentido, também se fizeram presentes no modelo de organização do trabalho, até então assentada sobre a idéia de produção em série Fordista/ Taylorista de produtos padronizados, haja vista que o processo de transformações que perdurou até os anos 70 do século XX, de internacionalização da economia e evoluções tecnológicas deram ênfase ao processo de substituição de mão-de-obra assalariada por máquinas e equipamentos, e conseqüentemente trouxeram a necessidade de uma nova base produtiva mais flexível.

O modelo de desenvolvimento que predominou no período fordista mostrou-se incapaz de responder às alterações que se vinham verificando no nível da envolvente. Em vez de uma lógica de produção de massa exigia-se uma lógica de flexibilidade. A manutenção das vantagens competitivas requeria que as empresas tivessem capacidade para alterar as suas posições estratégicas e para mudar rapidamente, se fosse necessário, produtos, processos e mercados. É neste sentido que fala da passagem de uma economia de escala ligada a uma procura homogênea e estável para a economia de gama ou economia de flexibilidade, ligada a um mercado segmentado e instável. (PEREIRA, *et al*, 2001, p. 30-31)

Apesar da ocorrência de alterações nas formas de organização do trabalho tais mudanças não parecem significar grandes alterações no modo de produção e reprodução de valor, mas antes reparos do capital no que tange a necessidade de se adaptar as mudanças ocorridas, principalmente, a partir dos anos 1970 no que tange ao acirramento da competitividade entre os capitais produtivos e financeiros, cada vez mais concentrados e centralizados. Como observa Antunes (1997, p. 33):

(...) a “substituição” do fordismo pelo toyotismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um novo modo de organização societária, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e polêmico, mas também nos parece claro, não deve nem mesmo ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista. (...) a referida diminuição entre elaboração e execução, entre concepção e produção, que constantemente se atribui ao toyotismo, só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital.

Desta forma, apesar da relevância de que houve grandes transformações a partir dos anos 70, para muitos autores dando início a uma nova Sociedade Pós Industrial⁴, não parece evidente a perda da importância central do trabalho como instrumento de criação de valor.

Ainda que presenciando uma redução quantitativa no mundo do produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, não negam a lei do valor, quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalho coletivo como expressão das múltiplas atividades combinadas. (ANTUNES, 1997. p. 96)

2.1. Impactos sobre a força de trabalho decorrentes das alterações do modo de produção vigente

A adoção de transformações nas relações de produção, observadas acima, tiveram impacto direto sobre as forças de organização da força de trabalho, visto que: existe uma crescente redução do proletariado fabril estável; um enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, enfim de formas de trabalho precarizado; incremento dos assalariados médios e de serviços; inclusão precoce de crianças no mundo do trabalho; aumento do trabalho feminino em piores condições que o trabalho masculino; uma expansão do trabalho no terceiro setor; expansão do trabalho em domicílio; e uma capacidade cada vez maior de empregar mão-de-obra das mais diversas partes do globo, de tal forma que temos atualmente, em lados opostos, o trabalhador multifuncional, capaz de operar as novas máquinas e tecnologias, e de outro lado, uma grande maioria de trabalhadores precarizados, sem qualificação e sem perspectivas de inclusão do mundo formal de trabalho (Antunes, 2005). Como observa Rifkin (1995, p. 3):

Uma nova geração de tecnologia de informação e comunicação está sendo introduzida aceleradamente nas mais diversas situações de trabalho em incontáveis tarefas, forçando milhões de trabalhadores de escritório e operários para as filas do desemprego, ou pior, para as filas do auxílio desemprego.

A visualização de um cenário de transformações que não trouxeram, nem trazem perspectivas otimistas para a classe que depende da remuneração de sua força de trabalho, no que diz respeito à criação de empregos formais com carteira assinada, bem como da possibilidade de venda da força de trabalho. Como observa Moura (1998, p. 153) “a terceira

⁴ Mais informações sobre o assunto podem ser observadas em: SANTOS, 1989; FERREIRA, 2002; ANTUNES, 2002; DE MASI, 1999

revolução industrial e a globalização vão criar (em verdade, já estão criando) novas oportunidades de trabalho e até com muitos empregos bem remunerados. Mas serão empregos para a elite. Os dias de oferta de emprego em massa já acabaram”. Um momento pendular que embala a classe trabalhadora, haja vista que, de um lado, cada vez menos pessoas trabalham muito (lembrando período gênese da revolução industrial), sem grande estabilidade no trabalho, num mundo do trabalho quase virtual, e, de outro, cada vez mais pessoas encontram menos trabalho, mesmo no que se refere às formas mais precarizadas, a fim de que possam satisfazer suas necessárias básicas de sobrevivência (ANTUNES, 2005).

Partilhando as posições exprimidas por alguns estudos contemporâneos, enquanto se mantiverem as premissas causais da racionalidade instrumental do capitalismo, as hipóteses mais verossímeis são o crescimento progressivo da desqualificação, do desemprego, da precariedade dos vínculos contratuais e da exclusão social. (PEREIRA, *et al.*, 2001, p. 98).

Dada esta tônica de transformações do conceito de trabalho parece não existir consenso sobre a manutenção da noção de trabalho como instrumento central no processo de acumulação e reprodução de capital. Em razão das alterações nas relações de trabalho, de flexibilização, aumento das taxas de emprego e redução dos ganhos salariais, o que parece haver é um período rico em transformações norteadas por um distanciamento cada vez maior da noção de trabalho como:

(...) toda ação que resulte em transformação da natureza em benefício do Homo. É todo movimento de objetivação do Homo, ou de humanização da natureza. Portanto, desde que o Homo é Homo ele trabalha. E nesta perspectiva, é possível organizar socialmente o trabalho não como divisão, fragmentação dado o ambiente de confrontação ou competição, mas sim como partilha, referida a um ambiente de colaboração e resultante de diálogo, negociação coletiva e planejamento em que todos os envolvidos participam (CATTANI, *et al.*, 2003, p. 262).

Apesar das transformações no mercado de trabalho e da tendência de precarização, feminização e flexibilização das relações de trabalho, o mesmo ainda tem grande importância na vida das pessoas. Cabe observar que os efeitos da perda ou não existência do emprego não se restringem apenas à perda de renda, mas com impactos, também, sobre as relações familiares, de raça, gênero, saúde física e psicológica e de autoconfiança do indivíduo (SEM, 2002). Segundo Maslow (1970, *apud* CHIAVENATO, 1994) há uma hierarquia de necessidades, onde além de necessidades fisiológicas básicas (alimentação) e de seguranças (como um emprego), há também necessidades sociais, necessidades de status e auto-estima (reconhecimento pelos outros daquilo que somos) e de auto-realização.

(...) ter um emprego é muito mais que se credenciar a um salário; é fazer parte de um grupo, compartilhando uma identidade, escovando sua auto-estima; é merecer o apreço da família, dos vizinhos, da comunidade; é sentir-se valorizado, porque, segundo nossas tradições, trabalho enobrece. Tanto é verdade que a aposentadoria muitas vezes detona uma crise existencial, mesmo quando não há perdas materiais envolvidas (NOVAES; et al., 2004, p. 148 – 149)

2.2. Alterações nas relações do Estado no que se refere a adoção de políticas públicas de geração de trabalho e renda, influenciadas por alterações no modo de produção vigente

Do mesmo modo que houve variações no modo de produção capitalista, com efeitos sobre a classe trabalhadora, também houve grandes impactos no que se refere ao papel de atuação do Estado e a forma como o mesmo interage e se relaciona com os agentes produtores de bens e serviços e com a *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes, 1997).

Algumas mudanças, resultantes da metamorfose nas relações de produção do modo de produção capitalista que têm dado impulso, principalmente nos anos 1990 e início do século XXI, à adoção de alterações na relação do Estado, por meio da adoção de um modelo de redução da participação do mesmo, via privatização das empresas do mesmo e desregulamentação dos direitos trabalhistas (ANTUNES, 2002). Como observa Singer (1999, p. 13):

As políticas fiscais e monetárias têm em vista impedir que a economia se ‘aqueça’, em demasia, o que na prática implica em manter uma generosa margem de sobreoferta de força de trabalho. (...). Os desempregados, que outrora eram denominados de exército industrial de reserva, desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras: eles evitam que os salários subam.

Até o início do século vinte a atuação do Estado, marcada pela vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808, procurou garantir militarmente e territorialmente a estrutura política e econômica que possibilitava o processo de acumulação capitalista, via o envio de especiarias e recursos naturais para a Europa, materializada nos ciclos da madeira, cana-de-açúcar e café (FURTADO, 2004). A partir do século XX, principalmente os anos 1930 (com o fim da política café-com-leite que caracterizou a Velha República) observa-se uma atuação mais decisiva do Estado em possibilitar o processo de modernização e industrialização da economia brasileira, até então preponderantemente em bases agrícolas.

Assim, representou uma etapa crucial no estabelecimento do capitalismo industrial no Brasil, transformando as relações até então preponderantemente primário-exportadoras. Uma iniciativa de cunho estatal objetivando a alterações das bases de inserção do Brasil no mundo,

aprofundando o processo de industrialização e enfrentando os inúmeros problemas que o país teria que solucionar se quisesse estabelecer uma nova organização mundial do trabalho (GIAMBIAGI, 2000).

Um período em que, diante dos fortes impactos da crise de 1929 e das duas grandes guerras mundiais, os países, diante do encarecimento das importações (brusca mudança dos preços relativos) e deterioração do balanço de pagamentos, se “voltam para dentro”, dando impulso a um processo de criação interna das bases produtivas, iniciando um processo de substituição de importações: limitando as importações, diversificando as exportações, reduzindo o consumo do petróleo e incentivando o desenvolvimento de fontes domésticas de energia, não perdendo, porém, relevância, o cenário externo, como principal determinante do cenário de atuação da política econômica interna (GIAMBIAGI, 2000; ABREU; et al., 1990).

Neste sentido, as décadas de 1940 e 1950 deram viabilidade ao processo de formação do setor produtivo estatal (1942 com Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce em 1952 Banco Nacional do Desenvolvimento Econômica, fundação em 1953 da Petrobrás; Plano de Metas: 1957) e adoção de medidas (Planos de Metas, PAEG, Plano Nacional de Desenvolvimento, criação do Banco Central) objetivando fortalecer as bases da possibilidade de criação interna das bases do processo de criação e reprodução do capital, por meio do tripé: Estado (garantidor da infra-estrutura), multinacionais (instalação da estrutura metal mecânica no país) e indústria privada (atuação nos setores de distribuição e fornecimento), fortalecendo a participação estatal na economia e dando viabilidade ao período de milagre econômico da economia brasileira (GIAMBIAGI, 2000; ABREU; et al., 1990).

Uma situação que ganha novos contornos a partir dos anos 1970, quando problemas externos (choque do petróleo, aumento do processo inflacionário e das taxas de juros) e problemas internos, decorrentes do aumento dos gastos do governo (favorecido pelo crédito externo barato e abundante até então) como o crescimento da dívida pública e do processo inflacionário, colocam em xeque a possibilidade de manutenção de processo de substituição de importações (GIAMBIAGI, 2000; ABREU; et al., 1990).

É nesse sentido que tem se observado a partir dos anos 1990, alterações na atuação do Estado, antes desenvolvimentista, por meio de um processo de abertura comercial, combate ao déficit público (via a adoção de políticas monetárias e fiscais cada vez mais restritivas) e elevado número de privatizações, passando o Estado de uma situação de produtor para uma

nova situação em que atua com regulador, se dando a produção apenas no fornecimento de serviços indispensáveis a manutenção da sociedade (GIAMBIAGI, 2000).

2.3. Adoção de políticas Públicas de geração de trabalho e renda para juventude

Diante dos condicionantes internos e externos do processo de atuação do Estado, o mesmo, no que se refere à geração de estratégias de geração de trabalho e renda para a juventude tem se dado por meio de dois focos: Planos Microeconômico e Macroeconômico. No âmbito microeconômico, parte-se do pressuposto da inexistência de escassez de emprego (desemprego friccional), mas antes da inadequação da mão-de-obra, baixa produtividade ou não aceitação de altos salários, de tal forma que decorram medidas como o incentivo à aprendizagem, redução de custos ao empregador, via a concessão de subsídios. No âmbito macroeconômico temos a atuação de principalmente de políticas fiscais e monetárias, visando o crescimento econômico, como condicionante principal à expansão da demanda e consequentemente expansão do emprego e dos salários (POCHMANN, 2000).

Pochmann (2000) observa que a quantidade e a qualidade do emprego da força de trabalho no capitalismo contemporâneo além da adoção de políticas macroeconômicas que incentivem o crescimento, pode ser determinado também: 1. pelo paradigma técnico-produtivo; 2, pelas políticas de bem-estar social, por meio de garantias mínimas de proteção social; 3. pelo sistema de relações de trabalho; e 4. pelas políticas de emprego (alocação e qualificação de mão-de-obra)

Quando se observa a atuação do Estado no decorrer do século XX no que tange a adoção de políticas públicas para a juventude, se observam quatro modelos de atuação, a saber: 1 – De 1950 a 1980 por meio de políticas de estímulo à escolarização da população, principalmente no ensino fundamental, bem como cuidado com o tempo livre dos jovens, via incentivo de práticas esportivas e culturais, tentando coibir o incentivo ao mundo das drogas; 2 – A partir dos anos 1970 via adoção de estratégias de desvirtuação dos movimentos estudantis e universitários desafiadoras do regime político vigente então; 3 - Organização de fundos de emergência, a partir dos anos 1980, visando amenizar os problemas decorrentes da crise econômica da época de aumento do desemprego e dos níveis de pobreza; 4 – Por fim, a partir dos anos 1990, a adoção de programas curtos de qualificação profissional e incentivo a inserção no mercado de trabalho (Unesco, 2004).

Diante do cenário de redução da taxa de crescimento da economia no Brasil (pequeno nas décadas de oitenta e noventa quando comparado ao grande crescimento verificado quando no período do milagre econômico dos anos 1970), aumento das taxas de desemprego, flexibilização dos contratos trabalhistas, aumento do emprego informal, explosão da dívida pública e aumento considerável dos juros, o Estado, dado sua restrição orçamentária (adoção de políticas fiscais e monetárias restritivas) tem adotado medidas de caráter microeconômico, de caráter mais pontuais. Como observa Moura (1998, p. 12):

Em relação às políticas sociais de nova geração, o período é rico em experimentação, alterações e inovações institucionais, concentradas em três vertentes principais: a descentralização de prestação de serviços sociais, o aumento da participação social nas formas colegiadas que tendem a acompanhar os programas inovadores e, finalmente, a ampliação do campo e da experimentação de parcerias entre o setor público, o privado lucrativo e, principalmente o terceiro setor (ONGs), sem fins lucrativos.

Porém, apesar da contratação e repasse de recursos financeiros para entidades da sociedade civil, no âmbito microeconômico, possibilitar a qualificação e inclusão social de áreas empobrecidas e/ou não atendidas pelos programas tradicionais da esfera governamental no que tange a qualificação profissional e estímulo a iniciativas geradoras de trabalho e renda parece que o problema do emprego deve passar por questões macroeconômicas, como a adoção de políticas de incentivo ao crescimento econômico, apesar da relevância de que o aumento de número de máquinas e equipamentos, com ganhos de produtividade cada vez maiores, faça com que, crescimento econômico gere cada vez de menos mão-de-obra.

Assim, apesar de tudo, a melhor defesa contra o fantasma do desemprego ainda é o binômio do crescimento da economia, como um todo, e, por outro lado, a conservação do emprego atual. Logo depois, vem a qualificação profissional. E, para os milhares que perderam ou estão ameaçados de perder seus empregos, a grande promessa são os programas de “requalificação profissional” (por vezes chamados de ‘programas de reconversão profissional’) (MOURA, 1998, p. 153).

Não ocorrendo aumento do nível de emprego, a maior qualificação significará o acirramento do processo de competição entre as pessoas que buscam um emprego, atendendo o problema do empregador que demanda maior conhecimento técnico, mas não resolvendo o problema do desemprego. Como observa Singer (1999, p. 119) que:

É preciso que fique bem claro que a maior qualificação dos trabalhadores, insistentemente reclamada pelos empregadores, não é solução para o desemprego. O aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho, pois esta depende basicamente do crescimento dos mercados em que as empresas vendem seus produtos.

Keynes (1982), ao discutir os princípios da demanda efetiva, já observava a relevância das expectativas de receita futura como o condicionante que levava os agentes a contratar mão-de-obra; bem como que nem toda renda gerada pela economia poderia ir para o setor produtivo, podendo ser transferido para o setor financeiro em situações onde a taxa de juros de tal investimento fosse maior que o retorno auferido com o investimento no setor produtivo.

2.4. Políticas atuais de geração de trabalho e renda para a juventude

No que se refere aos atuais programas do governo federal, de geração de trabalho e renda, destinados aos jovens temos a atuação dos seguintes programas:

- **Pró jovem:** destinado a jovens de 18 a 24 anos, que moram em capitais, estejam fora do mercado formal de trabalho e que não tenham concluído a oitava série do ensino fundamental. Oferece aos jovens, durante um ano, aceleração de aprendizagem para conclusão da oitava série, inclusão digital e qualificação profissional básica. O aluno tem incentivo mensal de R\$ 100, tendo que, em contrapartida, desenvolver ações sociais em suas comunidades de residência (MTE, 2006).
- **Jovem Empreendedor:** incentiva a criação de pequenos empreendimentos, para jovens de 16 a 24 anos, de baixa renda e em situação de via a concessão de linhas de crédito nas áreas de: Auto-emprego, com financiamento de até R\$ 10 mil, com prazo de 60 meses para pagamento e carência de 12 meses; Micros e pequenas empresas até R\$ 50 mil, com prazo de 84 meses e carência de até 18 meses; e Cooperativas ou associações, com crédito de até R\$ 5 mil por beneficiário e de R\$ 100 mil por cooperativa, com prazo de 84 meses e carência de 18 meses (MTE, 2006).
- **Serviço Civil Voluntário:** atende jovens da faixa de 18 anos de idade (no caso dos homens, dispensados do serviço militar obrigatório), que não trabalhem nem estudem, tenham escolaridade inferior à oitava série do ensino fundamental e baixa renda. Compreende qualificação de 600 horas, distribuídas ao longo de 6 meses (100 por mês), dos quais: 100 horas para qualificação profissional; 200 horas para direitos humanos/cidadania e serviços comunitários; e 300 horas para ações voltadas à elevação da escolaridade (MTE, 2006).

- **Aprendizagem:** obriga as empresas (excluídas microempresas e empresas de pequeno porte, a contratação) a ter no seu quadro de funcionários, aprendizes, na ordem de 5 a 15% dos empregados existentes. São considerados aprendizes jovens entre 14 a 24 anos incompletos, que estejam freqüentando a escola caso não tenham concluído o ensino fundamental. Compreende carga horária de 20 horas semanais, remuneração média de meio salário mínimo, com carteira assinada, pelo período máximo de dois anos, a ser realizada na empresa (sob a supervisão de um dos empregados) em parceria com instituição de aprendizagem, normalmente em uma entidade sem finalidade lucrativa. Compreende formação técnico-profissional, a ser realizada dentro da empresa, e aprendizagem cidadã pessoal, a ser realizada por entidade sem finalidade lucrativa.
- **Escola de Fábrica:** O Programa Escola de Fábrica é uma iniciativa do Governo Federal, executado através do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e tem como finalidade “prover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda” (lei número 11.180 de 23 de setembro de 2005). Podem participar jovens entre 16 a 24 anos; que tenham renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, estejam estudando (preferência por jovens no ensino médio). Durante a realização do curso podem receber até R\$ 150,00 por mês. Busca inserir jovens no mercado de trabalho através de cursos de iniciação profissional, de duração de 6 a 12 meses, em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas gerando renda e inclusão social (MTE, 2006).
- **Consórcio Social da Juventude Rural:** atende jovens da área rural de 16 a 24 anos; que estejam estudando ou já tenha concluído o ensino médio; que nunca tenham trabalho com carteira assinada e que tenha renda *per capita* de até meio salário mínimo. Visa a qualificação profissional (curso de 400 horas) e a inserção no mercado de trabalho.
- **Estágios:** possibilita que estudantes matriculados no ensino médio e superior realizem estágios em empresas, sob a responsabilidade da instituição de ensino e/ou atuação de agentes de integração (lei número 6494 de 1997, regulamentada pelo decreto 87.497 de 18 de agosto de 1982).

- Educação profissional de longa duração: voltada para a formação de cursos técnicos e, mais recentemente, de nível superior, dos quais são exemplos os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).
- Intermediação de mão-de-obra: por meio da atuação de postos Sistema Nacional de Emprego (SINE) possibilita auxílio na oferta de informações sobre vagas no mercado de trabalho, agindo como intermediário na relação entre empregado e empregado (MTE, 2006).
- Empresa Júnior: Formada por alunos, normalmente do ensino superior, visa por meio da realização de consultorias (planos de negócios, estudos de mercado), normalmente sob a tutela de um professor, possibilitar a aplicação de alguns dos conhecimentos disponibilizados pela graduação.
- Incubadoras de empresas e cooperativas: objetiva estimular a formação de empreendimentos geradores de trabalho e renda, normalmente por meio da autogestão, via a realização de cursos de qualificação profissional, bem como a prestação de assessoria nas áreas jurídicas, contábil, financeira, entre outras.
- Consórcio Social da Juventude: um dos subprogramas que compõem o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Governo Federal que, via parcerias entre governo e a sociedade civil organizada, visa elevar o nível de escolaridade e qualificação profissional de jovens entre 16 e 24, em situação de desemprego involuntário, que estejam estudando ou já tenham completado o ensino médio, tenham baixa renda (renda familiar não pode ultrapassar meio salário mínimo) e que nunca tenham tido sua carteira de trabalho assinada. Também é dada prioridade a jovens afro-descendentes, indígenas, deficientes físicos e/ou em conflito com a lei. Com a elevação do nível de escolaridade e qualificação profissional visa promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda.

3. DESCRIÇÃO DOS CONSÓRCIOS SOCIAIS DA JUVENTUDE

O Consórcio Social da Juventude é uma forma de atuação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Governo Federal, que visa “promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade social, por meio da mobilização e da articulação dos esforços da sociedade civil” (MTE, 2005).

No que se refere aos seus objetivos específicos busca:

1. Inserir jovens no mundo do trabalho por meio da intermediação de mão-de-obra e promoção de atividades autônomas;
2. preparar os jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda;
3. proporcionar qualificação e atividades que possam despertar o espírito empreendedor dos jovens;
4. elevar a auto-estima e incentivar a participação cidadã da juventude na vida social e econômica do País;
5. fomentar experiências bem-sucedidas da sociedade civil organizada;
6. constituir um espaço físico, denominado "Centro de Juventude", como ponto de encontro das ações desenvolvidas pelas entidades da sociedade civil consorciada em sua base social;
7. incentivar a prestação de serviço voluntário e social pelos jovens; e estimular a elevação da escolaridade (MTE, 2005).

Em nível nacional já foram inaugurados 25 Consórcios Sociais da Juventude, atendendo a 35.805 jovens, sendo a verba destinada em 2005 para esse programa, pelo Ministério do Trabalho, da ordem de R\$ 63.652.926,66 (Ministério do Trabalho, 2006). Os Consórcios estão presentes nas cidades de: Florianópolis, Belém, Brasília e entorno, Fortaleza, Guarulhos, João Pessoa, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís, São Paulo e Teresina.

Fazem parte do Programa Primeiro Emprego, além dos Consórcios Sociais da Juventude, o Programa Jovem Empreendedor e o Serviço Civil Voluntário.

3.1. Critérios para participação dos jovens

Para participar das atividades do Consórcio é necessário que o jovem tenha entre 16 a 24 anos (não pode ter mais que 24 anos e 6 meses quando do fim do programa), tenha renda *per capita* de até meio salário mínimo, esteja em situação de desemprego involuntário e esteja frequentando alguma instituição de ensino e/ou já tenham concluído o ensino médio. Afro-descendentes, indígenas, portadores de deficiência, trabalhadores rurais e jovens em conflito com a lei têm preferência para participar do programa.

3.2. Qualificação profissional e benefícios oferecidos

Os jovens participantes do programa recebem uma qualificação de 400 horas/ aulas, distribuídos em até seis meses de aulas, subdivididas em três eixos: formação básica, formação profissionalizante e formação específica. O eixo de formação básica compreende: inclusão digital (carga horária de 60 horas/aulas), valores humanos, ética e cidadania (carga horária de 40 horas/ aula), educação ambiental, saúde, qualidade de vida, promoção da igualdade racial e equidade de gênero (30 horas/ aula) e ações de estímulo e apoio à elevação da escolaridade (carga horária de 70 horas/ horas). O eixo de formação profissional compreende carga horária de 180 horas/ aula, devendo atender pelo menos 3 áreas temáticas dentre as opções a seguir: arte e cultura; beleza e estética; comunicação e marketing social; atenção específica aos jovens em conflito com a lei ou em situação de rua; empreendedorismo, turismo e economia solidária; esporte e lazer; meio ambiente, saúde e promoção da qualidade de vida; promoção da igualdade racial e equidade de gênero; segurança alimentar e promoção da qualidade de vida no campo e voluntário e trabalho social. O eixo de formação específica (20 horas/ aula) é destinado a formação em temas vinculados a demanda de mercado e as particularidades do local de inserção do jovem (MTE, 2005).

Durante a realização de atividades no Consórcio, o jovem tem direito a receber até 6 parcelas mensais de R\$ 150,00, mediante a comprovação de prestação de 25 horas mensais de trabalho voluntário em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (Lei nº 9.608, de fevereiro de 1998). Para recebimento de certificação de participação no Consórcio o jovem deve ter uma frequência mínima de 75% nas atividades de qualificação. Os jovens com frequência menor que 75% têm direito a apenas um certificado de participação. Em termos contratuais, expressos no convênio da entidade âncora com o Ministério do Trabalho, durante as 100 primeiras horas de qualificação os jovens desistentes ainda podem substituídos por outros jovens. O convênio ainda prevê uma taxa de evasão dos jovens participantes de no máximo 10%.

3.3. Inserção no mercado de trabalho

No que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, com 80% do curso concluído

(320 horas/ aula de formação) o jovem já pode ser encaminhado ao mercado de trabalho. É exigido pelo Ministério do Trabalho e Emprego que pelo menos 30% dos jovens sejam inseridos no mercado de trabalho. Para incentivar a contratação dos participantes, o governo federal oferece uma contribuição ao contratante de 6 parcelas bimestrais de R\$ 250,00, para contratação com carteira assinada, por pelo menos 12 meses (lei nº 10.748 de 22 de outubro de 2003). Também são aceitos como indicadores de inserção: a formação de cooperativas, associações e microempresas e estágios (lei 6.494 de 7 de dezembro de 1977).

3.4. Estrutura Organizacional do Programa

A estrutura organizacional do consórcio é formada pelo: Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo, Secretaria Executiva e Ouvidoria da Juventude. O conselho deliberativo visa a avaliação e monitoramento das atividades constantes no Plano de Trabalho. Deve reunir-se a cada quinze dias e é formado por entidades executoras, eleitas para representar o conjunto da mesma, e pela entidade âncora. O conselho consultivo é formado por entidades representativas do setor privado, visando o auxílio na inserção no mercado de trabalho dos jovens participantes do programa. A ouvidoria representa a instância responsável pelo diálogo direto com a juventude beneficiada pelas ações do Consórcio Social da Juventude. Por fim a secretaria executiva é responsável pelas atividades de administração, monitoramento e avaliação das atividades realizadas pelas entidades executoras do programa (MTE, 2005).

3.5. Histórico do Programa Primeiro Emprego e do Consórcio social da Juventude

Criado em fins do ano de 2003 pelo governo federal o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego com vistas a possibilitar a inserção em atividades geradoras de trabalho e renda para jovens de baixa renda, via estímulo financeiro (subvenção econômica de seis parcelas de R\$ 250), o programa esbarrou na baixa “qualificação profissional” dos jovens participantes e na pouca aceitabilidade do empresariado em contratar tais jovens, mesmo com a subvenção econômica, haja vista a opinião de que tal contratação traria muito mais custos do que benefícios. Diante de tal cenário, de baixa qualificação e experiência profissional, o governo criou-se os Consórcios Sociais da Juventude (CSJs), a fim de que pudesse ser realizada formação profissional e social. Como observa Andrade (2005, p. 3):

(...) ao avançar na implementação da inserção com subvenção econômica, ficou explícito que há um número considerável de jovens que apresentam maiores dificuldades para conseguir trabalho, pois são expressivas as parcelas de jovens que integram o público-alvo do programa e que são portadores de deficiência, que estão

em conflito com a lei, que são jovens mães, que são afro-descendentes, que integram a população indígena e habitam os grandes centros urbanos. Para esses jovens que tendem a ter menos oportunidades de inserção ocupacional e, por isso mesmo, vão sendo excluídos da vida social de suas comunidades, vem sendo desenvolvida a experiência dos CSJs.

O Primeiro Consórcio foi inaugurado em novembro de 2003, via convênio firmado entre o Ministério do Trabalho e Renda e a Associação de Combate à Fome, gestora do Projeto.

3.6. Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana

Em Florianópolis, o Consórcio, denominado Aroeira (em homenagem a árvore típica da região) atendeu, de 7 de julho de 2005, quando da assinatura do Contrato de Execução (Convênio MTE/ SPPE nº 040/2005 – CCEA/SC), junto ao Ministério do Trabalho, até 31 de março de 2006, 1200 jovens dos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Paulo Lopes.

Para escolha da entidade responsável pela coordenação do projeto em Florianópolis, foi realizada audiência pública, pelo Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com a Delegacia Regional do Trabalho do Ministério (DRT) em Santa Catarina no dia 20 de agosto de 2004. Podiam concorrer em tal processo: associações civis sem finalidade lucrativa, fundações ou organizações da sociedade civil de interesse pública, que tivessem mais de cinco anos de atuação, fossem de reconhecida atuação em âmbito municipal, estadual ou nacional, que tivessem em sua missão estatutária trabalho com a juventude, que apresentassem capacidade de infra-estrutura e de contrapartida (10% do total do convênio), de comprovada capacidade técnica e que não tivessem irregularidades fiscais, trabalhistas e com a previdência (MTE, 2005). Concorreram em tal processo as entidades: Centro Cultural Escrava Anastácia, Instituto Treinar, Centro de Integração Escola Empresa e Núcleo de Estudos Negros. A entidade escolhida para coordenação (denominada entidade âncora) foi o Centro Cultural Escrava Anastácia, localizada na Rua General Vieira da Rosa, bairro centro, do município de Florianópolis.

Escolhida a entidade âncora, a mesma foi encarregada da elaboração de um Plano de Trabalho, contendo: os dados cadastrais da entidade, outras entidades participantes do processo, descrição do projeto (título, período de execução, identificação do objeto, justificativa da proposição), cronograma de atividades, plano de aplicação dos recursos financeiros, cronograma de declaração de desembolso do recurso financeiro e declarações de regularidade junto a órgãos ou entidades de administração pública federal (Manual de Implementação junto às Entidades Sociais, 2005).

Elaborado o Plano de Trabalho, o mesmo foi encaminhado a Brasília, para que pudesse ser aprovado. Houve grande demora na análise e aprovação do mesmo por parte de Brasília, de tal forma que o convênio de execução das atividades de execução do Consórcio em Florianópolis e Região apenas se deu em 7 de julho de 2005, após quase um ano da confecção do Plano de Trabalho e escolha da entidade âncora. Neste período de espera da liberação de recursos foram promovidas pela entidade âncora, normalmente as quintas feiras, no Edifício Manoel Maia, localizado na rua Deodoro, 265 – bairro: Centro, reuniões com as entidades interessadas em integrar as atividades de qualificação do Consórcio, haja vista a necessidade, expressa no termo de referência, de formação de uma rede de parceiros e de entidades executoras.

3.6.1. Executoras

Aprovado e assinado o convênio de execução do projeto em 7 de julho de 2005, os dois primeiros meses de execução foram destinados a escolha das ONG's que iriam realizar as atividades de qualificação (escolhidas via processo licitatório – modalidade carta convite, disposto na lei número 8.666 de 21 de junho de 1993) e para qualificação das pessoas envolvidas direta ou indiretamente no processo de qualificação dos jovens (encontros de formação com educadores, coordenadores e secretaria executiva). Para execução das atividades de qualificação foram escolhidas 18 ONG's (mais a entidade âncora que também realizou atividades de profissionalização). Os critérios para escolha das entidades executoras, expressões no Termo de Referência do Consórcio Social da Juventude (2005), foram: ter reconhecida atuação na esfera municipal, estadual e nacional, com pelo menos 3 anos de regular atuação; ter em sua missão trabalho com juventude; ser uma associação civil sem fins lucrativos, fundação ou ser qualificada como organização da sociedade civil de interesse público; possuir capacidade de logística e infra-estrutura para realização das atividades; comprovada capacidade técnica; não possuir irregularidade fiscal, trabalhista e previdenciária. A seguir segue tabela contendo as entidades executoras, bem como o respectivo número de jovens atingidos por cada entidade executora:

Tabela 1 Entidades Executoras do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana, 2005

Entidades Participantes	N.º de jovens inscritos ⁵	Carga horária atendida
APABB – Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do BB	9	220
IATEL – Instituto de Audição e Terapia da Linguagem	9	220
Associação de Surdos da Grande Florianópolis – ASGF	60	400
Ação Social São João evangelista da Paróquia Biguaçu	71	400
Fundação Instituto de Extensão e Pesquisas Institucionais	70	400
CIEE – Centro de Integração Escola Empresa	100	400
Instituto Treinar	100	400
SESI – Serviço Social da Indústria	80	400
Sociedade João Paulo II	61	400
Centro Cultural João Rosa Júnior	60	400
Associação Cultural Ilha de Palmares	15	400
MOVIMENTO LIVRE	87	400
Núcleo de Estudos Negros – NEN	80	400
Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural Novo Horizonte	49	200
Associação dos Moradores do Jardim Amodelar	120	400
Associação Novo Alvorecer	23	400
Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha	35	180
Centro Cultural Escrava Anastácia	206	200
Centro Cultura Escrava Anastácia	223	200
INTEC – Instituto Tecnológico e Científico	125	180

Fonte: Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana, 2005

3.6.2. Processo de inscrição

Em razão da primeira indicação da Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina de que o Consórcio de Florianópolis se iniciaria durante o ano de 2004 e da ansiedade de um grande número de jovens em que fosse garantida sua inscrição no programa, fora feito um pré-cadastro dos jovens com informações básicas como nome, endereço e telefone de contato, entre outras.

Os jovens foram pré-escritos pela entidade âncora, em parceria com as candidatas à entidade executora, sendo posteriormente repassados para as entidades executoras. A estrutura do processo de licitação e distribuição de vagas entre as mesmas procurou a alocação de espaços em locais os mais próximos possíveis aos locais de residência dos jovens, respeitando a capacidade de atendimento por parte das entidades executoras participantes do processo.

Entre as prioridades definidas para a escolha dos jovens estavam, como observa Ivone

⁵ A soma do número total de jovens ultrapassa 1200 jovens porque algumas entidades não realizaram a qualificação total de 400 horas, sendo tais jovens qualificados por mais de uma entidade. Casos como o do Centro Cultural Escrava Anastácia que nas primeiras 200 horas atendeu 206 jovens e nas outras 200 horas 223 jovens.

Maria Perassa (2006), coordenadora do programa:

1 - Cuidar para que os primeiros jovens a serem informados sobre o consórcio fossem os que têm conflitos tanto com outros jovens das suas comunidades como com a justiça. 2 - Levar em consideração o tempo que demorariam em dar a resposta, e se dissessem que não queriam participar, mesmo assim manter suas vagas como “reserva”, prevendo uma possível adesão. 3- Inscrever os casos que por antecipação já sabíamos que não estavam estudando, sendo que depois, deveríamos pensar o que fazer para que retornassem à escola. 4 - Levar em consideração a preocupação por lugares alternativos de formação, tendo em conta os conflitos individuais e entre grupos. 5 - Ter como preocupação a inscrição de vários jovens da mesma comunidade, constituindo grupos comunitários, garantindo a cada comunidade números de vagas que dessem conta de atender os casos prioritários.

Algo que se percebia quando os jovens preenchiam sua ficha de inscrição era a constatação de que muitos tinham dificuldade em preenchê-la, por suas fragilidades na leitura e na escrita. Mais do que isso, muitos tinham vergonha de dizer isso e tentavam a todo custo preenchê-la, muitas vezes recorrendo à cola ao amigo do lado que também preenchia a ficha.

Houve alguma dificuldade de entrar em alguns morros para realizar a inscrição de jovens, em alguns casos sendo necessário um pedido de autorização aos “donos do morro”, além da grande dificuldade em encontrar estrutura física para realizar a inscrição, não sendo poucos os casos em que as inscrições se deram no meio fio da rua, que ficava na frente da igreja ou do posto de saúde, locais bastante respeitados nos morros.

3.6.3. Formação Profissionalizante

As aulas de qualificação se estenderam de 12 de setembro de 2005 a 31 de março de 2006. A carga horária compreendeu qualificação de 400 horas distribuída nas seguintes áreas: Valores Humanos, Ética e Cidadania (carga horária de 40 horas); Educação Ambiental (carga horária de 30 horas); Inclusão Digital (carga horária de 60 horas) e Elevação da Escolaridade (70 horas). A adoção de uma estrutura de conteúdo vinda “pronta” de Brasília, bem como a rigidez de educadores e executoras, em muitos casos impossibilitou que houvesse uma maior interação e integração entre os temas propostos. Quando parecia que haveria um maior contato entre alunos, professores e a temática desenvolvida, o curso acabava e entrava outro educador dando um novo início a todo o processo.

(...) por que é tão difícil, para educand@s e educador@s, fugir ao modelo escolar formal que ainda foi predominante? Quando se pensa em *inovação pedagógica* ou em *metodologias participativas*, o que se tem em mente, ainda com frequência, é a proposição de *dinâmicas* que animem, que integrem, que motivem ou tornem mais leve *conteúdos* pesados. Raramente o jogo, a brincadeira, a *vida*, são vistos como o próprio desenvolvimento do conteúdo. Com frequência ainda se confunde rigor com rigidez e a *brincadeira* é vista como o oposto da *seriedade*. Só o amadurecimento e a continuidade do processo formativo d@s própri@s educador@s vai flexibilizando a formatação rígida de concepções e práticas cristalizadas em nossa cultura escolar (AZIBEIRO, 2006, p. 55)

De acordo com dados da Pesquisa sobre como o Jovem Viveu o Projeto Aroeira (2006) para 95,6% o fato de participar do Aroeira os fez crescer, enquanto que para 4,4% não modificou nada. Para 56,1%, o que acharam mais importante no Aroeira foi o conhecimento profissional; para 18,1% o crescimento pessoal; para 9,5% a concessão da bolsa auxílio; para 7,6% o relacionamento com colegas e para 8,5% a relação com educadores. Para 64,5% dos jovens o que os levou a participar do Aroeira foi em primeiro lugar a formação profissional; 16,3% pela bolsa auxílio; 18,6% para aprender coisas novas e 0,6% para conhecer outros jovens. No que se refere a formação nos temas básicos (valores humanos, ética e cidadania; educação ambiental; inclusão digital e elevação da escolaridade) 14,1% afirmaram que já sabiam; 19,3% que sabiam pouco; 3,3% sabiam muito; 55,4% que sabiam mais ou menos e 7,9% que não sabiam.

No que se refere a formação nos cursos profissionalizantes do Aroeira: será muito importante para conseguir um trabalho para 68,6% dos jovens; ajudará mais ou menos a conseguir um trabalho para 10,4%; não ajudará em nada para 1,4% e será importante porque possibilitará a formação em uma profissão para 19,6%

Os cursos profissionalizantes, com carga horária de 180 horas/ aulas de formação, compreenderam os seguintes cursos, de acordo com cada entidade executora:

Tabela 2 Cursos profissionalizantes realizados pelos jovens do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana

Entidade executora	Curso	Local do Curso
Ação Social (São João Evangelista) da Paróquia de Biguaçu	Confecção em malhas	Biguaçu
	Estamparia	Biguaçu
	Manutenção de computadores	Biguaçu
	Mecânica de Automóveis	Biguaçu
	Vendas e telemarketing	Biguaçu
Associação de Moradores do Jardim Amodelar	Atendimento ao público (Garçom)	São José
	Atendimento ao público (Telemarketing)	São José
	Atendimento ao público (Vendas)	São José
	Atendimento ao público (Supermercados)	São José
	Manutenção de computadores	São José
	Mecânica de Automóveis	São José
ASGF	Agroindústria	Paulo Lopes
	Artesanato	Florianópolis
Centro Cultural Escrava Anastácia	Auxiliar de Construção Civil	Florianópolis
	Capacitação para o mercado varejista	Florianópolis
	Costura industrial	Florianópolis
	Fabricação e conserto de instrumentos musicais (percussão)	Florianópolis
	Guarda parque	Florianópolis
	Hotalaria	Florianópolis

Entidade executora	Curso	Local do Curso
Centro Cultural Escrava Anastácia	Manutenção de computadores	Florianópolis
	Serigrafia	Florianópolis
	Vigilância e Segurança	São José
	Eletricista predial	Florianópolis
Escola de turismo e Hotelaria Canto da Ilha	Gastronomia e identidade cultural	Florianópolis
	Informática e Comunicação	Florianópolis
Centro Cultural João Rosa Júnior	Rotinas administrativas (Logística)	Palhoça
	Rotinas administrativas (Supermercado)	Palhoça
CIEE - Centro Integração Empresa Escola	Rotinas administrativas e vendas	Florianópolis
	Turismo e Hotelaria	Centro de Florianópolis
	Vendas e Atendimento ao Público	Centro de Florianópolis
FIEPE – Fundação Instituto de Extensão e Pesquisas Educacionais	Capacitação para o mercado varejista	Florianópolis
	Hotelaria	Florianópolis
	Manutenção de computadores	Florianópolis
Associação Cultural Ilha de Palmares	Fabricação e conserto de Pranchas de Surfe	Centro de Florianópolis
	Auxiliar de Cozinha	Florianópolis
Instituto Treinar	Garçom / Bar man	Florianópolis
	Recepção: Telefonia e Atendimento ao Público	Florianópolis
	Desenho arquitetônico em Auto Cad	Florianópolis
INTEC - Instituto Tecnológico e Científico Sociedade João Paulo II	Editoração eletrônica e Homepage	Florianópolis
	Editoração eletrônica e Homepage.(para surdos)	Florianópolis
	Fabricação e conserto de instrumentos musicais.(corda)	Florianópolis
	Manutenção de computadores	Florianópolis
	Mecânica Aplicada	Florianópolis
	Manutenção de computadores	Palhoça
Movimento Livre	Produção e processamento de hortigranjeiros, plantas nativas e ornamentais	Biguaçu
NEN – Núcleo de Estudos Negros	Rotinas administrativas e vendas	Palhoça e Florianópolis
	Serigrafia / Estamparia	Palhoça
Associação Novo Alvorecer	Capacitação para o mercado varejista	Florianópolis
SESI – Serviço Social da Indústria	Artesanato	São José
	Gestão de Atendimento	São José
	Manipulação de Alimentos	São José
	Segurança Alimentar	São José
	Telemarketing	São José

Fonte: Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana, 2005

Cabe observar que foi a partir do histórico de atuação das entidades executoras, da escolha dos cursos por partes dos jovens e da demanda de mercado (diagnosticada pela participação de empresários participantes do conselho consultivo) é que foi feita a escolha dos cursos profissionalizantes das entidades executoras. Foi neste sentido que a entidade âncora

procurou concentrar um número maior de jovens na parte profissionalizante do Consórcio a fim de que fosse viável atender as demandas dos jovens por cursos não atendidos por outras executoras.

3.6.4. Grandes Encontros e Práticas Esportivas

Durante os meses de realização do projeto, ocorreram quatro grandes encontros reunindo as entidades executoras e os 1200 jovens participantes do mesmo, objetivando a integração e interação entre todos os atores participantes do processo. Esteve também presente nas atividades no Consórcio Social da Juventude a prática de esportes de aventura. Os jovens participaram de trilhas, escalada e *rappel*.

De acordo com pesquisa realizada ao final das atividades do Consórcio com os jovens, a grande maioria dos jovens (52,6%) antes de ter feito atividade de esporte e aventura no Aroeira você só tinha as visto na TV; 16,1% só tinham ouvido falar, enquanto que 27,4% já tinha feito em outro lugar. A utilização de praticas esportivas além de possibilitar a integração entre os alunos, também possibilitou a prática de atividades esportivas muitas vezes restritas as camadas médias e altas da sociedade. Um fato curioso é o desconhecimento por parte de grande parte dos jovens da cidade onde residem, havendo grande incidência de jovens que nunca haviam saído de seu bairro de residência.

No que se refere a realização dos grandes encontros: para 29,5% foram muito bom 29,5%; bom para 37,9%; mais ou menos parra 25,9% e ruim para 6,7%. Quando do período de realização dos grandes encontros houve grande apreensão por parte da realização de tais encontros em razão da preocupação de que se concretizassem as ameaças vindas de algumas comunidades de que seriam realizados “acertos de contas” na realização do mesmo. Felizmente não ocorreram transtornos em tais eventos, tendo eles grande validade no que se refere a possibilidade de que jovens ditos de comunidades rivais pudessem se conhecer, fazer amigas e interagir em um espaço coletivo, fazendo com que se dissipassem algumas formas de preconceito estabelecidas e reproduzidas pelos jovens e por todas as pessoas que cercearam a realização de tal evento. Com acordo com a pesquisa para 65,8% os grandes encontros possibilitaram mudança da opinião que tinham sobre os colegas de outras comunidades.

3.6.5. Trabalho Voluntário e pagamento do auxílio financeiro

Durante o período de qualificação os jovens tiveram direito a quatro bolsas de R\$ 150,00, pagas normalmente na segunda quinzena de cada mês, nos meses de novembro e dezembro de 2005 e janeiro e fevereiro de 2006, mediante a comprovação das 25 horas mensais de trabalho voluntário.

Em razão de falhas do sistema operacional PNPE *web* utilizado para o pagamento do auxílio financeiro (não aceitação do cadastro de alguns jovens dentro dos critérios estabelecidos, liberação de ordens de pagamentos duplicados que possibilitaram que alguns jovens recebessem auxílio superior aos R\$ 150,00 permitidos) e de problemas na parceria entre o Ministério do Trabalho e o Banco do Brasil – órgão responsável pelo pagamento do auxílio, como por exemplo, o não envio do cartão que possibilitaria o pagamento do recurso financeiro a todos os jovens, foi bastante difícil e dispendioso o pagamento dos auxílios, sendo necessário em muitos casos a utilização de ordem de pagamentos, via confecções de cheques nominais, para o pagamentos dos mesmos.

Outro agravante no pagamento do auxílio financeiro foi a falta de informações vindas do Ministério do Trabalho sobre a forma de pagamento do mesmo. Apesar do início das atividades do Consórcio ter-se dado em 7 de julho de 2005, apenas em 12 de outubro, três meses após os inícios das atividades, é que foi realizada capacitação técnica em Brasília sobre as diretrizes gerais do Consórcio, ainda que de forma deficiente.

No que se refere ao trabalho voluntário, de acordo com pesquisa Como Jovem Viveu o Projeto Aroeira, 61,4% afirmaram que já haviam feito trabalho voluntário antes; 92,2% afirmaram que acham importante fazer trabalho voluntário e 60,1% disseram que irão continuar fazendo trabalho voluntário após o consórcio, tendo para 82,7% modificado a sua relação com a comunidade.

No que se refere a bolsa-auxílio de R\$ 150,00: sem ela 15,5% não participariam do projeto; enquanto que 84,5% fariam o curso independente da bolsa; Para 24,3% dos jovens o valor da bolsa auxílio é ótimo, sendo bom para 59,7% e baixo 16,0%. Um dado interessante, mas não surpreendente em razão da baixa renda familiar dos jovens atendidos, é que a grande maioria (69,3%), dava todo o dinheiro da bolsa para família, enquanto 13,5% davam apenas uma parte e 17,2% ficavam com todo o dinheiro. Não foram os poucos os casos de mães que

procuravam o consórcio a fim de agradecer a possibilidade de comprar bolacha para seus filhos, todos os dias, em razão da ajuda de custo possibilitada pelo Consórcio. Certamente não é grande motivo de orgulho a concessão de um auxílio tão baixo, porém, também é inegável que ele fez grande diferença na vida de muitas famílias, principalmente nas festas de fim de ano de 2005.

3.6.6. Estrutura organizacional do projeto:

A estrutura de funcionamento das atividades do Aroeira foi formada pela secretaria executiva, conselho consultivo, conselho deliberativo e ouvidoria, com se observa abaixo:

- **Conselho Consultivo:** Criado com o objetivo de “promover a articulação com o setor privado, visando à inserção dos jovens no mundo do trabalho” (MTE, 2005), em nenhum momento teve a participação de um grande número de empresários (21 no total) apesar da participação efetiva de ter se dado na ordem de 4, 5 empresas, em sua grande maioria do setor público. O comprometimento da iniciativa privada, normalmente se deu, por meio da concessão de recursos para que “alguém” realizasse atividades com jovens de áreas empobrecidas, em contraste com a idéia de inserir e acompanhar tais jovens.

- **Conselho Deliberativo:** Formado pelas instituições: Centro Cultural Escrava Anastácia, Centro de Integração Empresa Escola, Instituto Treinar, Ação Social Biguaçu, João Rosa Jr, Movimento Livre, João Paulo II, foi “responsável pelo acompanhamento e avaliação das ações constante do Plano de Trabalho” (MTE, 2005). O que se observou, na prática, foi a pouca atuação das entidades participantes, bem como o pouco interesse das mesmas em participar, ficando toda a responsabilidade em cima das entidades âncora. A idéia de que “vocês foram contratados para isto” sempre pesou nestes momentos, da mesma forma que a responsabilidade dos erros sempre foi diagnosticada como culpa preponderante da equipe executiva e da entidade âncora.

- **Ouvidoria:** A Ouvidoria da Juventude constituiu a instância representativa dos jovens participantes do Aroeira. A constituição da Ouvidoria, oficialmente, via eleição em cada executora. Cada turma existente elegeu um (a) jovem para representá-la nesta instância, o que possibilitou a escolha de 80 jovens. O objetivo era possibilitar que a organização dos jovens possibilitasse a atuação dos mesmos nas suas comunidades, auxiliando no processo de preenchimento da ficha cadastral, organização dos grandes encontros e acompanhamento do andamento dos cursos. De acordo com pesquisa realizada ao fim das atividades do programa para 15,9% a ouvidoria foi muito boa; boa para 39,7%; mais ou menos 33,6% e ruim 10,8%. Para 67,95 a ouvidoria conseguiu ajudar a resolver problemas de interesse dos jovens do

projeto Aroeira. Já 29,5% afirmaram que estavam por dentro dos assuntos discutidos pela Ouvidoria; enquanto 30,1% não estavam e 40,4% só às vezes estavam.

- **Equipe Executiva;** foi responsável pela gestão do projeto, bem como pelas atividades de monitoramento e avaliação do projeto. Apesar da grande maioria das pessoas contratadas para a equipe executiva ter nível de formação no ensino superior, nas mais diversas áreas (economia, psicologia, direito, arquitetura, jornalismo, filosofia, entre outros) a equipe executiva foi preponderantemente formada por pessoas com pouca experiência na gestão pública e nos mecanismos de manutenção burocrática necessária para o repasse de recurso público. Apesar disso, havia por outro lado, grande experiência, normalmente via longo período de trabalho voluntário, com as comunidades beneficiadas pelo programa. A atuação em determinadas áreas, seja para inscrição de jovens, seja para realização das atividades de formação, só foi possível graças à atuação de determinadas pessoas das comunidades, que conseguiam inserção em local onde a estrutura do Estado não chega, nem provavelmente vai conseguir chegar um dia.

3.6.7. Custos do projeto

De acordo com o convênio firmado com o Ministério do Trabalho em 7 de julho de 2005 foram repassados R\$ 2.516.044,00 para o Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela do Mont Serrat para as atividades realizadas até o período de 31 de março de 2006.

Tabela 3 Gastos do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana com atividades de qualificação de jovens.

Descrição	Valor	Qt Meses	Nº Jovens	Custo Unitário/Mês
Serviços de terceiros pessoa jurídica	R\$ 1.233.600,00	5	1200	R\$ 205,60
Custeio	R\$ 132.600,00	9	1200	R\$ 12,28
Diárias	R\$ 2.080,00	9	1200	R\$ 0,19
Passagens	R\$ 8.800,00	9	1200	R\$ 0,81
Pessoal	R\$ 292.864,00	9	1200	R\$ 27,12
Investimento	R\$ 126.100,00	9	1200	R\$ 11,68
Bolsa-auxílio	R\$ 720.000,00	4	1200	R\$ 150,00
Sub total	R\$ 2.516.044,00			
Contrapartida*	R\$ 360.158,00	9	1200	R\$ 33,35
TOTAL	R\$ 2.876.202,00			R\$ 441,03

* R\$ 860.158,00, descontados os R\$ 500.000,00 da estrutura física.

Fonte: Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana, 2006

Neste sentido, para gastos da Entidade Âncora com as despesas do Centro da Juventude (manutenção e reforma) e atividades de coordenação, monitoramento, custeio e avaliação do programa, foram repassados R\$ 562.440,00. O mesmo convênio determinava que devesse desembolsar uma contrapartida de 10% do valor total do convênio. Nesse sentido foi incluída na contrapartida do Centro Cultural a estrutura física onde foi instalada a sede administrativa (avaliada em R\$ 500.000,00, bem como todo recurso auferido via doações no valor de R\$ 360.1580,00), totalizando 860.158,00. Somados o recurso disponibilizado por Brasília, juntamente com o recurso auferido com doações chega-se a um total de R\$ 922.602,00. Dados os nove meses de duração do Consórcio e o atendimento de 1200 jovens, temos um custo mensal por aluno de R\$ 85,43 para despesas decorrentes da criação de uma estrutura administrativa.

Para as executoras foi repassado o valor de R\$ 2,57 por hora/aula aluno, totalizando R\$ 1028,00 para as 400 horas de qualificação, que distribuídas durante os 5 meses de qualificação dos jovens contabilizaram um custo mensal de R\$ 205,60. Os jovens tiveram direito a 4 bolsas de R\$ 150,00, totalizando R\$ 720.000,00. Acrescido o valor de R\$ 150,00 ao custo de um jovem por mês, temos o valor de 355,60 por jovem/ mês. Somado o gasto com a estrutura administrativa chega a um custo mensal de 441,03 por jovem.

(...) é evidente que é mais barato financiar espaços para que os jovens utilizem de forma adequada seu tempo livre do que qualquer programa destinado a remediar as consequências do desenvolvimento de “condutas-problema”, como: consumo de drogas, violência juvenil, imprudência no trânsito, intenções de auto-eliminação e gravidez não desejada, por exemplo. (UNESCO, 2004, pg. 164)

Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina mostram que a manutenção mensal de um jovem no complexo São Lucas custam mensalmente R\$ 2.000,00 por jovem (AZIBEIRO, 2006).

3.6.8. Evasão do Consórcio Social da Juventude

Dos 1200 jovens que fizeram parte das atividades de qualificação do Consórcio, 66 jovens (6% do total) evadiram antes do fim das atividades, a grande maioria em razão de terem encontrado algum trabalho, na maioria das vezes informal. O Ministério do Trabalho admite uma evasão de até 10% (120 jovens no Aroeira).

3.6.9. Casa da Juventude

Um dos objetivos específicos do programa é que fosse criada uma casa da juventude, onde pudessem ocorrer atividades de qualificação, bem como uma maior interação entre os participantes do Programa. Em Florianópolis, a Casa da Juventude foi instalada no Mont Serrat, em Florianópolis, bairro Centro, onde foram qualificados aproximadamente 120 jovens (10% do total) e onde foi concentrada a sede administrativa do programa. Em razão da grande abrangência do programa, do pequeno espaço da Casa e pela preferência de que os jovens realizassem atividades de qualificação em localidades próximas aos seus locais de moradia a casa foi pouco utilizada pelos outros jovens do programa. A maior aproximação dos jovens se deu antes por meio da realização dos grandes encontros.

Uma das vantagens possibilitadas pela casa ter se localizado dentro da comunidade, além do maior contato com o público atendido, foi possibilitar que pessoas interessadas em conhecer, realizar atividades, fazer doações tivessem a oportunidade de conhecer uma das áreas empobrecidas da região da grande Florianópolis. Não foram poucas as pessoas que se espantaram com a existência de tais áreas numa região próxima ao centro da cidade e nas da *badalada* Avenida Mauro Ramos.

4. PERFIL DO JOVEM PARTICIPANTE DO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE

Antes de iniciar as discussões sobre o perfil dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região será feita uma descrição do perfil do jovem Brasil, via utilização do Relatório do Desenvolvimento Juvenil (UNESCO, 2003), bem como uma mensuração quantitativa do perfil dos jovens dos municípios de Biguaçu, São José, Palhoça, Florianópolis e Paulo Lopes, a saber, a área atendida pelo Consórcio. Por fim se buscará fazer uma análise quantitativa e qualitativa do perfil dos 1200 jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região.

4.1 Perfil do Jovem Atendido

Segundo Índice de desenvolvimento Juvenil (UNESCO, 2003), desenvolvido a partir de indicadores de analfabetismo, escolarização adequada, qualidade de ensino, mortalidade por causas internas, mortalidade por causas violentas e renda familiar per capita, Santa Catarina aparece em primeiro lugar com um índice de 0,673, seguido do Distrito Federal (0,652), Rio Grande do Sul (0,646), São Paulo (0,622) e Paraná (0,60).

Segundo Unesco (2003) o índice nacional de analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos é de 4,2% no Brasil, sendo em Santa Catarina de 1%. No que se refere aos anos de estudos para a população de jovens de 15 a 24 anos, a média brasileira é 7,5 anos de estudos, sendo de 8,4 no Estado de Santa Catarina. A frequência escolar é de 48,4% em Santa Catarina para jovens entre 15 a 24 anos (46% na Região Sul). No se refere ao trabalho e estudo, no Brasil: 30,3% dos jovens só estudam, 31,2% só trabalham, 18,2% trabalham e estudam e 20,3% nem trabalham nem estudam. Em Santa Catarina: 25,2% só estudam, 37,8 só trabalham, 23,2 trabalham e estudam, e 13,7% nem trabalham nem estudam.

A Renda familiar *per capita* (RFPC) segundo as atividades dos jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (em Salários Mínimos) no Brasil é de: 1,46, sendo 1,79 para quem só estuda; 1,77 para quem trabalha e estuda; 1,40 para quem só estuda; 0,81 para quem nem trabalho nem estuda. Em Santa Catarina é de 1,88 salários mínimos, sendo 2,28 para quem só

estuda; 2,22 para trabalho e estudo; 1,75 para só estuda; e 0,92 para quem não trabalha nem estuda.

Tabela 4 População Residente por faixa etária, nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José, 2006

Município/ Idade	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20-24 anos	16 a 24 anos	População Total	Pop 16 a 24 anos/ Pop Total
Biguaçu	1.113	1.201	1.262	1.197	5.372	10.145	58.433	0,1736
Florianópolis	7.550	8.391	9.154	8.865	41.712	75.672	406.566	0,1861
Palhoça	2.511	2.704	2.797	2.474	11.913	22.399	128.102	0,1749
Paulo Lopes	134	133	123	133	531	1.054	6.215	0,1696
São José	3.913	4.290	4.464	4.312	19.801	36.780	201.104	0,1829
TOTAL	15.221	16.719	17.800	16.981	79.329	146.050	800.420	0,1825

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagem Populacional; para os anos intercensitários, estimativas preliminares dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus.

No ano de 2006, o IBGE estima que a região que compreende os municípios de Biguaçu, São José, Florianópolis, Palhoça e Paulo Lopes é habitada por 800.420 pessoas que aqui trabalham e vivem. Deste total a população entre 16 a 24 anos compreende 146.050 jovens (18,25% da população total), com destaque para o Município de Florianópolis com 75.672 jovens entre 16 e 24 anos.

Admitindo os dados da Pesquisa da Unesco (2003) referente a situação de Santa Catarina, para as informações de jovens de 16 a 24 anos dos Municípios atendidos pelo Consórcio (Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José), tem-se que 1.406 jovens não são alfabetizados e 70.688 dos jovens em idade escolar frequentam a escola.

Tabela 5 Dados sobre alfabetização de jovens de 16 a 24 anos dos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José

Município/ Quantidade	Não Alfabetizados	Escolaridade Bruta (fundamental, médio e superior)
Biguaçu	101	4910
Florianópolis	757	36625
Palhoça	224	10841
Paulo Lopes	11	510
São José	368	17802
TOTAL	1461	70688

Fonte: Unesco, 2003

No que se refere aos dados sobre renda própria, trabalho e estudo observa-se que: 92.741 jovens apresentam renda própria. Na no que se refere a condição de trabalho e estudo, 36.805 só estudam; 33.884 trabalham e estudam; 55.207 só trabalham e 20.009 não trabalham nem estudam. Admitindo para os mesmos dados a renda *per capita* de 0,92 salários mínimos para os jovens que não trabalham e estudam, temos nos jovens que não trabalham nem estudam (20.009), uma aproximação, da demanda atendida pelo Consórcio Social da juventude, que visa atender jovens que apresentem renda *per capita* de até meio salário mínimo, bem como jovens em situação de desemprego involuntário. Dados do perfil dos jovens do Consórcio, que serão expostos a seguir, mostraram que 22,6% dos jovens não estavam estudando quando do período de sua inscrição, um valor certamente subestimado em razão de que, antes do período de inscrição, muitos jovens sabiam da necessidade de estar estudando, realizando assim sua matrícula. Doravante, ainda foi grande o percentual de jovens que realizaram sua inscrição sem estarem estudando. Se for possível admitir os 20.009 jovens como o público do Consórcio, temos que o programa atendeu 6% dos jovens da região.

Tabela 6 Renda Própria e Situação de trabalho e Estudos de jovens entre 16 e 24 anos nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José

Municípios/ Quantidade	Renda Própria	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha e não estuda
Biguaçu	6442	2557	2354	3835	1390
Florianópolis	48052	19069	17556	28604	10367
Palhoça	14223	5645	5197	8467	3069
Paulo Lopes	669	266	245	398	144
São José	23355	9269	8533	13903	5039
TOTAL	92742	36805	33884	55207	20009

Fonte: Unesco, 2003

4.2 Perfil do Jovem participante do Consórcio Social da Juventude

Por meio da quantificação da ficha cadastral do Programa foi possível mensurar o perfil do jovem participante do Consórcio Social da Juventude. No que diz respeito ao perfil do jovem participante do Consórcio no item faixa etária, observa-se que a grande maioria tem entre 16 e 18 anos (30,9% tinham 16 anos, 25,2% 17 anos e 16,1% 18 anos). Foi bastante difícil encontrar jovens com mais de 18 anos que se enquadrassem no perfil exigido pelo Ministério do Trabalho para participar do Consórcio principalmente no que diz respeito ao critério de nunca ter trabalho com carteira assinada e de estar estudando ou já ter concluído o

ensino médio, de tal forma que muitos jovens entre 16 e 24 que possuíam baixa renda, situação de desemprego na família e baixa escolaridade, foram excluídos do processo em razão de já terem trabalho com carteira assinada, em sua maioria não completando o período de três meses de experiência na carteira profissional de trabalho. Há de se destacar a aversão da maioria dos jovens com idade superior a 18 anos a participar das atividades com Consórcio quando informados da necessidade de estar estudando e/ou já terem concluído o Ensino Médio.

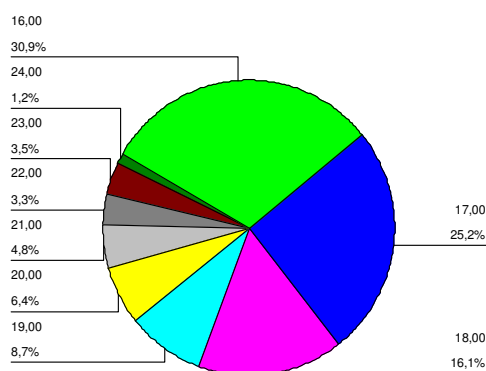


Figura 1 Idade dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana

No que se refere a naturalidade dos jovens, a maioria é natural do Município do Florianópolis (54,3%), com destaque também para o município de São José (10,7%). Há de se destacar que 29,5% dos jovens são naturais de municípios distintos dos que abrangem a área de atuação do projeto indicando provavelmente a grande importância da migração de famílias vindas de outras regiões para tal região.

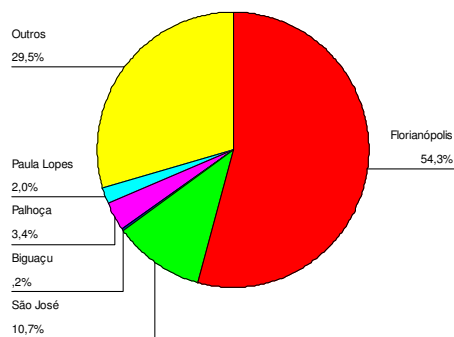


Figura 2 Naturalidade dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana

Há um grande equilíbrio no gênero dos jovens participante, com 50,6% sendo do sexo feminino e 49,4% do sexo masculino. Quando o assunto diz respeito a raça/cor, é grande o número de jovens afrodescendentes com 49,3%⁶ e brancos com 46,5%. Há de se destacar a prioridade do governo federal em que fossem inscritos jovens afrodescendentes e indígenas.

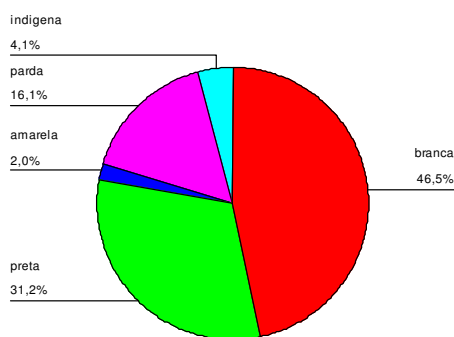


Figura 3 Raça/ cor dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana

Apesar da grande maioria dos jovens participantes do Consórcio ser solteiro (90,4%) já é grande o número de jovens que são casados ou vivem com seus respectivos companheiros e/ou companheiras (9,2%). Dos mil e duzentos jovens participantes do Consórcio 4,3% afirmaram ser portador de algum tipo de deficiência (visual com 2,1%, surdez com 1,4%, física com 0,3% e 1,2% com outro tipo de deficiência) e 4,3% afirmaram a existência de algum tipo de dificuldade de locomoção.

⁶ Para o valor de 49,3% indicados como Afrodescendentes foram somados as categorias raça/cor preta, amarela e parda da figura 3.

Quanto questionado se já estiveram em conflito com a lei, que segundo Ficha Cadastral do jovem ingressante no programa primeiro emprego (2005) se “caracteriza por estar cumprindo ou ter cumprido medida devido a prática de ato infracional, como: obrigação de reparar o dano, prestação de serviços a comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade ou internação em estabelecimento educacional” ,ou já terem cumprido medida sócio-educativa, 4,5% responderam que já cumpriram e/ou cumpre medida educativa e 7,5% afirmaram que já tiveram conflito com a lei. No que diz respeito ao cumprimento de medida educativa foi bastante complicado explicar para os jovens o significado de tal tempo, sendo que na maioria dos casos ele era associado à escolaridade pelos mesmos. Há de se destacar o caso de vagas que foram preenchidas durante o desenvolvimento das atividades por jovens que não puderam estar desde o início das atividades por se encontrarem preso, o que em nenhum momento, porém, significou a exclusão das atividades do Consórcio. De igual forma há de se observar que alguns jovens não puderam continuar participando das atividades do Consórcio em razão de terem sido internados em centros de recuperação de infratores em razão de terem cometido algum delito.

A moda e a arma são recursos de poder, objetos economicamente úteis e instrumentos simbólicos de distinção, valorização e pertencimento – de uniformização, portanto, ao menos no âmbito do grupo. Calçam a identidade, empinam a auto-estima, selam o pacto de admissão ao grupo, bombeiam a autoconfiança e desdobram um menu de possibilidades para o sábado à noite. Fecham muitas portas. Logo, logo encerrarão o expediente da liberdade, se o felizardo sobreviver e for premiado apenas com uma condenação (NOVAES; *et al.*, 2004, p. 151-52)

Apesar da necessidade de que todos os jovens participantes do Consórcio estivessem estudando para ingressarem nas atividades no mesmo, quando da época de sua inscrição apenas 74,0% se encontravam regularmente matriculados em algum estabelecimento de ensino. Apesar do incentivo para que todos estivessem estudando, o desenvolvimento das atividades em período próximo ao final do ano impediu que todos os jovens estivessem estudando, sendo requerido nestes casos comprovante de matrícula para o ano letivo de 2006. No que se refere ao período que os jovens freqüentam a escola, 46,5% respondam que estudam a noite, 33,3% de manhã e 20,2% de tarde. Apenas 3,4% dos jovens afirmaram que já concluíram o ensino Médio.

Dos 74,0% de jovens que responderam que estudam, 53% ainda freqüentam o ensino fundamental, sendo 9,8% a sétima série e 16,2% a oitava série. Já 47% freqüentam o ensino

médio, sendo 20,1% o primeiro ano, 13,1% o segundo ano e 8,3% o terceiro ano do ensino médio. Os dados mostram uma grande defasagem escolar dos jovens participantes do consórcio, principalmente quando se observa que um jovem de 16 anos poderia estar próximo de concluir o ensino médio. Há de destacar neste sentido a importância do curso de elevação da escolaridade como uma forma de incentivar os jovens a frequentarem regularmente as aulas escolares.

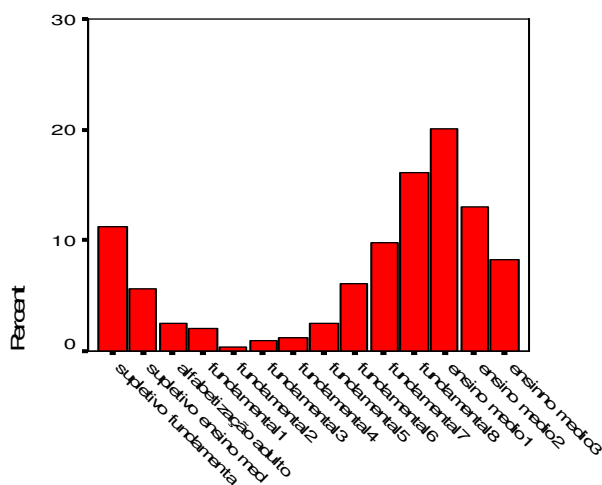


Figura 4 Escolaridades dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana que estudam.

Com relação aos 22,6% que declaram que não estudam, 17% pararam de estudar no ensino médio e 83% pararam de estudar no ensino fundamental. Apesar da baixa escolaridade dos jovens participantes do consórcio 98,2% declaram que sabem ler e escrever.

No que se refere ao quesito conhecimento de informática, 54,7% dos jovens declaram ter conhecimento de informática. O grande contingente de adolescentes que declaram não ter conhecimento de informática denota a necessidade do curso de inclusão de digital como um dos mecanismos de incentivo e inclusão dos mesmos no mundo digital.

No que diz respeito a inserção dos jovens no mundo do trabalho, 47,8% dos jovens declaram que já trabalharam, dos quais 83,8% afirmaram que o trabalho realizado era remunerado. Na medida em que o programa não admite jovens que já tenham trabalhado com carteira assinada, a inserção de tais jovens no mercado de trabalho provavelmente se deu via inserção no mercado informal de trabalho.

Quando questionados quanto à participação em atividades de trabalho voluntárias, 62,4% dos jovens declararam que não participaram de atividades de organização de bairro, ong, grupo religioso ou outras atividades que tenham caráter de trabalho voluntário adotado pelo Ministério do Trabalho. Cabe lembrar que para participar das atividades de Consórcio Social da Juventude e ter direito ao auxílio de R\$ 150,00 por mês os jovens devem realizar uma carga horária de 25 horas mensais de trabalho voluntário em entidades públicas ou privadas sem finalidade lucrativa.

Uma abordagem participatória juvenil contribui para estimar o interesse dos jovens e seu senso de responsabilidade bem como aproveitar as idéias inovadoras e abordagens criativas em projetos ou programas. A participação cidadã e o voluntariado juvenil podem se converter em opção para incentivar a solidariedade, bem como contribuir para que a comunidade perceba que é possível melhorar a sua qualidade de vida, a partir do desenvolvimento de práticas, nas quais todos podem se envolver de forma criativa. (UNESCO, 2004, Pg. 156)

No que diz respeito a condição de moradia dos jovens, 90% declararam que moram com a mãe ou algum responsável. Se os dados sobre escolaridade dos jovens apresentavam baixos níveis de escolaridade, a situação piora um pouco quando se observa o nível de escolaridade dos responsáveis dos mesmos. Neste sentido 79,6% dos jovens declararam que sua mãe ou responsável parou de estudar quando estava no ensino fundamental, 12,8% no ensino médio e 1,9% nível superior. Cabe observar o dado de 5,7% dos jovens que declararam que a mãe ou responsável não são alfabetizados denotando a dificuldade de acesso ao estudo de tal faixa da população.

É grande o número de jovens participantes do Consórcio que declararam ter filhos (16%), dos quais 80% são do sexo feminino. Do total de jovens que tem filhos 57,4% afirmaram que residem com o filho no mesmo domicílio. A existência de filhos acarretou grandes dificuldades para que tais jovens pudessem participar das atividades de qualificação do Consórcio, haja vista que muitas vezes não tinham locais apropriados (creches) e/ou amigos ou familiares com quem deixar seus filhos, ocorrendo situações que em os filhos acompanhavam suas mães nas aulas das mesmas.

(...) parece que a maternidade/ paternidade precoce é um grande achado, solução ofertada pela natureza para os ricos e impasses que nem os adolescentes de hoje nem seus pais sabem como enfrentar. Acontece que as mães-meninas de hoje são filhas de uma geração que, depois de uma série de desilusões políticas, fez da família a última esperança, o signo vazio de um futuro melhor, numa era neoliberal em que todos os projetos coletivos de construção de futuro foram desqualificados diante da implacável “lógica do mercado”. Lançados cada vez mais depressa para fora da infância, ante a perspectiva de uma vida adulta vazia de valores e projetos

coletivos – o que é o mesmo que dizer uma vida sem sentido, já que o sentido da vida não pode ser construído individualmente -, os filhos da geração de 1968 representam a razão de ser da vida de seus pais. Criar filhos felizes passou a ser o grande, se não o único, objetivo da vida privatizada do novo milênio. Os filhos representam o único símbolo incontestável do futuro, no quadro de valores do individualismo contemporâneo. Mas exatamente por isso, reduzidos a um fim em si mesmos, esses adolescentes não encontram grande razão de ser para suas próprias vidas (NOVAES; *et al*, 2004,p. 110)

No quesito número de membros que compõe a família, 21,5% declararam que 4 pessoas compõe a família, 22% para 5 e 13,5% para 6 pessoas. Do total de membros que compõem a família, 68,6% declararam que 1 pessoa da família trabalha e 25,5% que 2 pessoas da família trabalham.

Apesar da grande necessidade de renda familiar que emerge do grande número de pessoas que compõem a família dos jovens do Consórcio, é bastante baixa a renda familiar dos mesmos. Neste sentido 27,7% declararam que ganham entre R\$ 30,00 e R\$ 150,00, 25,1% entre R\$ 151,00 e R\$ 300,00 e 37,8% entre R\$ 301 e R\$ 600,00. É importante ressaltar que os jovens participantes do Consórcio para participara das atividades de qualificação do mesmo não podiam ter renda per capita superior a R\$ 150,00. A declaração de comprovante de renda da família foi obtido via xerox do contracheque dos membros que trabalham na família e/ou declaração escrita a punho do mesmo, para os casos em que não havia possibilidade de comprovação formal de obtenção de renda. É interessante esta necessidade do pobre de ter que provar que ele é realmente pobre e mais do que isso os efeitos que tem sobre as pessoas. Não foram poucos os casos de famílias que tinham vergonha de revelar sua renda, não porque ela fosse alta, mas antes porque era realmente baixa.

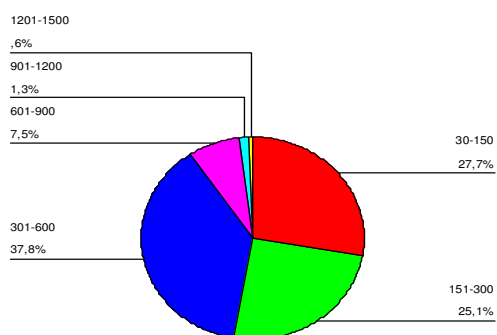


Figura 5 Renda familiar dos jovens participantes do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana

Quando questionados sobre o motivo que os levou a participar do programa 60,9% deram ênfase a necessidade de aprender uma profissão e 33,0% ao desejo de conseguir um emprego. Apesar do baixo nível de renda dos jovens participantes do mesmo, foi pequeno o percentual dos jovens que declararam que o auxílio financeiro de R\$ 150,00 como motivo para participação no mesmo.

Os focos da disputa são o coração e a cabeça dos jovens, não é o bolso, ainda que ele seja também de grande relevância. O centro da briga histórica que se trava à beira do despenhadeiro e talvez nos afaste da barbárie, são o afeto e o imaginário das crianças e dos adolescentes. Esta não é uma disputa contábil. Não se trata somente (nem principalmente, ousaria dizer) de grana, mesmo sendo a grana fundamental – jamais a subestimemos, até porque ela é muito mais que instrumento para aquisição de bens e serviços; ela é, em si mesma, símbolo de poder que confere a quem a possui a aura privilegiada que dignifica, distingue e valoriza. Não por outro motivo, tende a funcionar nos moldes das profecias que se autocumprem. (ATHAYDE; *et al.*, 2005, p. 241)

Apesar da baixa renda dos jovens participantes do Consórcio, é baixo o número de jovens que declararam que recebem algum auxílio do governo (28,3%), sendo questionável até que ponto a esfera do governo consegue atender tal gama da sociedade.

No que se refere à posse, por parte dos jovens, de documentos de identificação como Registro Geral, Certificado de Pessoa Física (CPF) e carteira de trabalho, observa-se que, quando da época de inscrição no Consórcio Social da Juventude 86,1% possuíam Cadastro de Pessoa Física (CPF), 69,3% possuíam Carteira de Trabalho, 52,8% possuíam Título de Eleitor, 95,9% possuíam Registro Geral e 98,2% possuíam Certidão de Nascimento. Apesar da grande maioria dos jovens disporem da maioria dos documentos é inaceitável supor que ainda existem pessoas que não possuem documentos básicos como certidão de nascimento. Uma das determinações do Ministério do Trabalho e um dos objetivos do Consórcio foi que todos os jovens tivessem ao final das atividades do Consórcio tais documentos. Há de destacar que a falta de CPF por uma fatia dos jovens impediu que eles recebessem a primeira parcela do auxílio de R\$ 150,00, haja vista que a inscrição do jovem no sistema de pagamentos SISPA exigia que ele possuísse tal documento. No que se refere a posse de documento como carteira de motorista apenas 3,3% dos 43,9% com idade igual e/ou superior a 18 anos possuíam tal documento.

5. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO METROPOLITANA

Este capítulo procurará quantificar e qualificar as forma de inserção no mercado de trabalho gerada pelo Consórcio via inserção no mercado formal de trabalho (carteira de trabalho assinada), formação de cooperativas e associações, e inserção via estágios remunerados.

5.1. Mercado de trabalho juvenil na atualidade

Dados do IPEA (2006) para o ano de 2004, sobre o mercado de trabalho, indicam uma População em Idade Ativa (PIA) para o Brasil de 147.204.068 (do total de 178,6 milhões residentes), dos quais 87.165.389 (59,2% da população total) fazem parte da População Economicamente ativa (PEA). Deste total 78.693.978 se encontravam ocupados e 8.471.406 desocupados (taxa de desemprego de 9,7%).

Na faixa etária de 15 a 24 anos, os mesmos dados de 2004 indicavam uma população de 35.987.940 (2004), dos quais 21.139.507 compreendiam a População Economicamente Ativa (58,74% da população total entre 15 a 24 anos). Deste total 17.059.582 se encontravam ocupadas e 4.079.925 desocupadas (taxa de desemprego de 19,3%, bastante superior a média da população de 9,7%).

Pochmann (2000) observa, ao longo do século XX, três momentos na relação entre atividade e não atividade de jovens: 1. Durante as décadas de 1930 a 1970, reversão da tendência crescente de participação dos jovens, com aumento da inatividade, resultante da menor participação do jovem no mercado de trabalho e do aumento da população na faixa etária de 15 a 24 anos na escola (inatividade cresceu 18,5% entre 1940 e 1970, taxa de atividade caiu 19,1%). 2. Nova ruptura durante os anos 1970 com alterações substanciais do sistema educativo (inatividade) para o aparelho produtivo (atividade). 3. Já nos anos 1990, diante de uma situação de desemprego e baixa remuneração, forte necessidade de inserção do jovem no mercado de trabalho, como meio de contribuir na renda familiar.

Do total de jovens ocupados no Brasil, 86% encontram-se abaixo dos três salários mínimos mensais (SMM). Por isso, o rendimento médio do jovem ocupado é de apenas 1,7 SMM sendo de 1,9 SMM para o sexo masculino e de 1,4 SMM para o feminino.(...)A pressão no mercado de trabalho por parte dos jovens foi expressivo entre as décadas de 40 a 80, mas foi a partir dos anos 80, até o início dos anos 90, que a taxa de expansão da População Economicamente Ativa (PEA) com idade entre 15 a 24 anos, apresentou-se superior ao total da população ativa (...).Em resumo, constata-se que durante a década de 90, a população juvenil no Brasil sofreu as seguintes mudanças: a quantidade de desempregados foi multiplicada por três vezes; a ocupação foi reduzida em – 2,9% e a inatividade cresceu 12,0%. Nos anos 80, desemprego foi multiplicado por 1,4 vez, a ocupação aumentou 19,6% e a inatividade aumentou 6,6% (POCHMANN, 2000, p. 31,41).

Dados do CAGED de 2005, que medem o mercado formal, sobre os desligamentos e admissões no ano de 2005, para a faixa etária de jovens de 16 a 24 anos para os municípios atendidos pelo Consórcio, mostram um saldo positivo de 8.856 vagas no ano (71,3% do saldo total de 12412 vagas para todas as faixas etárias), com 45402 admissões (42,98% do total) e 36546 demissões (39,20% do total para todas as faixas etárias). Quando se observam em que setores se concreta o saldo positivo de admissões, este se encontra no setor de serviços com um saldo de 4306 das vagas (48,6%), acompanhado do setor do comércio com um saldo de 2704 vagas, confirmando uma tendência de concentração de vagas no setor terciário. De igual forma, é relevante observar a alta rotatividade do setor de serviços e do setor de comércio, responsáveis por 81,72% das admissões e 82,34% dos desligamentos.

Quando se observa o nível médio de salários, este é em média de R\$ 468,10 para as admitidos. A maior média de salários pagos se encontra no setor de serviços industriais de utilidade pública com média salarial de R\$ 744,90.

Tabela 7 Admissões e Desligamentos por setores nos Municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José para jovens entre 16 e 24 anos, em 2005

Setores do IBGE	Admitidos	%		Média		Saldo
		Total	Salário	Desligados	Salário	
Administração pública	144	0,3	636,6	85	0,2	59
Agropecuária, extra. vegetal, caca e pesca	941	2,1	387,5	704	1,9	237
Comercio	15009	33,1	495,3	12305	33,7	2704
Construção civil	2839	6,3	477,1	2191	6,0	648
Extrativa mineral	26	0,1	508,0	15	0,0	11
Industria de transformação	4154	9,2	460,5	3335	9,1	819
Serviços industr. de utilidade pública	195	0,4	744,9	123	0,3	72
Serviços	22094	48,7	449,7	17788	48,7	4306
TOTAL	45402	100,0	468,1	36546	100,0	8856

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Caged, 2005

No quesito tipo de vínculo de tais admissões e desligamentos, a admissão pelo primeiro emprego, entre jovens de 16 a 24 anos (alvo do programa) representa 26% das admissões. O interessante é que nenhum deles é desligado durante o decorrer do ano de 2005. Já a remuneração média do jovem que adquire seu primeiro emprego com carteira assinada é de R\$ 428,55 (88,9% do salário médio pago aos admitidos por reemprego). Um dado interessante é que a faixa etária entre 16 a 24 anos concentra 72,2% das admissões ao primeiro emprego. Apesar de superior demonstra que a dificuldade do primeiro emprego também atinge a faixa etária superior aos 24 anos (12,36% das admissões entre 25 a 29 anos e 10,06% das entre 30 a 39 anos se deram na modalidade primeiro emprego).

Tabela 8 Admissões e Desligamentos por tipo de vínculo nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José, para jovens entre 16 e 24 anos em 2005

Tipo de Vínculo	Admitidos	% Total	Média Salário	Desligados	% Total	Média Salário	Saldo
Desligamento por aposentadoria	0	0%	0	1	0%	337	-1
Desligamento por demissão com justa causa	0	0%	0	452	1%	471	-452
Desligamento por demissão sem justa causa	0	0%	0	24.995	68%	494	-24995
Desligamento a pedido	0	0%	0	11.052	30%	477	-11052
Desligamento por morte	0	0%	0	46	0%	616	-46
Admissão por primeiro emprego	11.633	26%	429	0	0%	0	11633
Admissão por reemprego	33.769	74%	482	0	0%	0	33769
Admissão por transferência	0	0%	0	0	0%	0	0
Desligamento por transferência	0	0%	0	0	0%	0	0
TOTAL	45402	100%	468	36546	100%	489	8856

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Caged, 2005

Quando se observa a escolaridade dos jovens inseridos em 2005, esta se concreta em quem tem o ensino médio completo (51%), certamente um grande desafio para um programa como o Consórcio que apresenta apenas 3,4% dos jovens com ensino médio completo. De igual forma, os desligamentos se concentram mais nos jovens que apresentam ensino médio completo, demonstrando que por mais que um bom nível de escolaridade garanta a possibilidade de admissão, ele por si só, não garante a possibilidade de manutenção. Chama a atenção o baixo percentual de admitidos com ensino superior incompleto, provavelmente decorrente da possibilidade de que jovens com tal qualificação possam ser contratados por meio de estágios, haja vista o grande número de universitários na região. No que se refere a remuneração média, esta é maior para jovens com ensino médio superior.

Tabela 9 Admissões e Desligamentos, por grau de instrução, nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José para jovens entre 16 e 24 anos em 2005

Grau de Instrução	Admitidos	% Média		Desligados	% Média		Saldo
		Total	Salário		Total	Salário	
2º grau completo	23.045	51%	467,58	17.119	47%	498,21	5.926
2º grau incompleto	6.464	14%	401,32	5.753	16%	438,95	711
4ª série completa	668	1%	416,89	654	2%	481,05	14
4ª série incompleta	457	1%	441,49	378	1%	481,6	79
8ª série completa	6.944	15%	425,24	6.545	18%	453,39	399
8ª série incompleta	2.873	6%	413,81	2.795	8%	449,9	78
Analfabeto	107	0%	427,46	85	0%	475,93	22
Superior completo	1.591	4%	853,9	867	2%	773,02	724
Superior incompleto	3.253	7%	570,59	2.350	6%	582,01	903
TOTAL	45.402	100%	468,1	36.546	100%	488,5	8.856

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Caged, 2005

Quanto se observa as admissões e desligamentos por grau de instrução e subgrupo ocupacional em 2005, para os municípios atendidos pelo Programa, temos os maiores saldos em: trabalhadores de informações ao público com 1251 postos (14,12%), vendedores e demonstradores 1166 (13,16%) e escriturários em geral, agentes e auxiliares administrativos com 923 vagas (10,42%). Já no que se referem as maiores admissões no ano de 2005 estas se dão: em vendedores e demonstradores com 6958 admissões (15,32% do total), trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação com 5179 admissões (11,4% do total), trabalhadores de informações ao público com 5072 admissões (10,17% do total) e escriturários em geral, agentes e auxiliares administrativos com 3532 admissões (7,77% do total). Entre os maiores desligamentos estão: vendedores e demonstradores com 5792 desligamentos (15,84%), trabalhadores de serviços de hotelaria e alimentação com 4812 desligamentos (13,16% do total), trabalhadores de informações ao público com 3821 desligamentos (10,45% do total), e escriturários em geral, agentes e auxiliares administrativos com 2609 desligamentos (7,13% do total), de tal forma que os subgrupos que mais admitem são também os que mais desligam.

Tabela 10 Admissões e Desligamentos, por grau de instrução e subgrupo ocupacional, nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José para jovens entre 16 e 24 anos em 2005

Sub-Grupo Ocupacional/ Escolaridade	analfabeto	4 série incompl	4 série compl	8 série comp	8 série comp	2 grau compl	2 grau compl	superior incompl	superior compl	admitidos	desligados	saldo
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares admin.	7	16	8	86	360	658	3.482	1.240	284	3.532	2.609	923
Escriturários contábeis e de finanças	0	2	1	5	51	57	586	269	103	663	411	252
Caixas, bilheteiros e afins	1	15	5	65	298	427	2.589	216	39	1.976	1.679	297
Trabalhadores de informações ao público	10	5	9	76	325	1.017	6.147	1.106	198	5.072	3.821	1251
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	19	29	104	665	2.860	2.182	3.906	189	37	5.179	4.812	367
Trab. nos serviços de administração, conservação e manutenção de edif.	20	43	147	672	1.057	560	988	27	6	1.959	1.561	398
Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	5	8	22	105	433	246	711	28	8	935	631	304
Vendedores e demonstradores	12	16	52	410	1.564	1.723	8.184	658	131	6.958	5.792	1166
Ajudantes de obras	27	387	314	880	1.132	375	588	3	3	2.019	1.690	329
Embaladores e alimentadores de produção	10	14	25	215	343	490	698	7	0	1.015	787	228
TOTAL	192	835	1322	5668	13489	12217	40164	5603	2458	45402	36546	8856

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Caged, 2005

Dados da RAIS de 2004, do nível de estoques de vínculos empregatícios, em fins do ano 2004, para jovens entre 16 a 24 anos, mostram um estoque de 50.323 vagas (19% do total de 268.617 ocupações para todas as faixas etárias), das quais 45% no setor de serviços e 32% no comércio, um valor que destoa da média geral, que concreta 34% no setor de administração pública. No que refere a escolaridade, a mesma novamente se concentra no nível de ensino médio completo, com 48,49% das vagas (24.402).

Tabela 11 Vínculo Empregatícios em 31/12/2004 para jovens entre 16 a 24 anos nos Municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José

Grau Instrução/ Setores do IBGE	Industria		Serviço Indust.		Construção		Comércio %	Serviços %	Adm. Pub %	Agropecuária %	Quantidade Total
	Extrato Mineral %	Transformação %	Utilidade Pública %	Civil %							
2º grau completo	21,43	41,35	30,48	34,32	53,71	46,95	62,05	21,73	24.402		
2º grau incompleto	17,86	18,4	12,83	12,85	16,45	14,62	2,58	12,55	7.405		
4ª série completa	0	1,56	3,21	8,41	1,21	1,35	0,35	17,27	924		
4ª série incompleta	0	0,47	0	4,35	0,41	0,47	0,13	2,29	321		
8ª série completa	25	21,79	20,86	16,27	17,24	15,49	4	15,38	8.066		
8ª série incompleta	28,57	10,5	17,11	15,05	5,45	5,56	0,5	24,97	3.266		
Analfabeto	0	0,24	0	0,34	0,12	0,16	0	0,81	81		
Superior completo	0	1,48	5,88	1,06	1,31	4,87	18,58	1,21	2.017		
Superior incompleto	7,14	4,2	9,63	7,35	4,09	10,53	11,81	3,78	3.841		
Quantidade Total	28	5066	187	2366	16302	22458	3175	741	50.323		

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do RAIS, 2004

No que se refere aos subgrupos ocupacionais em que se distribuem os vínculos empregatícios de 2004 (RAIS, 2004) se destacam os vendedores e demonstradores com 13,5% dos vínculos de jovens entre 16 a 24 anos, seguidos de: escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos (9,62%), trabalhadores de informação ao público (9,27%) e trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação (7,74%).

Tabela 12 Vínculo em 31 de dezembro de 2004, para jovens entre 16 a 24 anos, dos municípios de Biguaçu, Florianópolis, São José, Palhoça e Paulo Lopes, por Subgrupo Ocupacional.

Sub-Grupo Ocupacional/ Escolaridade	Analfab eto	4 série incomp	4 série compl	8 série incomp	8 série compl	2 grau incompl	2 grau compl	superior incomp	superior compl	Total
Técnicos em eletroeletrônica e fotônica	0	2	0	11	45	41	470	82	17	668
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administr.	0	7	12	96	333	613	2.669	919	196	4845
Secretários de expediente e operadores de máquinas de escritórios	0	5	9	84	206	531	914	337	62	2148
Escriturários contábeis e de finanças	0	0	1	6	42	53	322	198	153	775
Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção	0	3	7	50	141	174	375	21	3	774
Caixas, bilheteiros e afins	0	4	5	50	251	367	1.521	92	12	2302
Trabalhadores de informações ao público	0	3	11	55	231	474	3.218	586	91	4669
Traba. dos serviços de hotelaria e alimentação	20	14	53	317	1.157	867	1.391	67	12	3898
Trab. nos serv. de adm., conser. e manut. Edificações	8	22	64	294	474	264	429	15	9	1579
Trabalhadores nos serv. proteção e segurança	1	4	41	91	350	171	522	51	15	1246
Outros trabalhadores de serviços diversos	0	3	14	64	161	127	363	4	0	736
Vendedores e demonstradores	0	12	79	285	1.155	1.032	3.898	297	51	6809
Ajudantes de obras	12	96	147	257	326	137	148	2	1	1126
Condut. de veíc. e operad. de equipamentos de elevadores	1	7	27	87	165	111	266	4	2	670
Manobras sobre trilhos e mov. e cargas	2	11	22	90	233	137	233	7	2	737
Embaladores e alimentadores de produção	3	10	12	140	219	273	334	9	1	1001
Instalações em ind. químicas, petroquímicas	0	9	41	55	99	122	342	4	0	672
Trab. artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos	8	13	121	221	272	218	363	9	1	1226
Outros trabalhadores da conservação e manutenção	7	9	32	170	237	190	296	11	0	952
TOTAL	81	321	924	3266	8066	7405	24402	3841	2017	50323

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do RAIS, 2004

5.2. Dados estatísticos sobre Inserção no Mercado de Trabalho

Segundo o Ministério do Trabalho (2005) as inserções do Consórcio Social da Juventude no mercado de trabalho poderiam se dar de três formas: inserção no mercado formal de trabalho, comprovada por meio de fotocópia da carteira de trabalho e/ou do contrato de trabalho; inserção em estágio, comprovada com cópia do contrato de trabalho e inserção em formas alternativas de geração de trabalho e renda: trabalho autônomo, cooperativas, associações e micro-empresas. Do total de 407 jovens inseridos no consórcio social da juventude 55% se deram em formas alternativas de geração de trabalho e renda (224 jovens), 28% em empregos formais(114 jovens) e 17% em estágios (69 jovens).

O perfil dos jovens inseridos foi: pequena preponderância do sexo masculino (53,3%); de raça/cor afrodescendente com 49,3% (branca com 45,5%) e com ensino médio incompleto

(55,5%, com 6,9% com ensino médio completo e 37,6% com ensino fundamental incompleto). No que se refere a idade, 21,9% tinham 16 anos, 29,9% para 17 anos, 19% para 18 anos e 14,2% para 19 anos. Todas as inserções se deram no subgrupo de serviços e comércio.

Quando se observam os dados da RAIS de 2004, sobre a situação de emprego em fins de 2004, apenas 16% dos 8.225 vínculos para jovens entre 16 e 24 anos se dá via o primeiro emprego, dos quais 45,88% foram para jovens com ensino médio completo, sendo de 22% para jovens com escolaridade até o ensino fundamental completo. Um grande desafio para o Consórcio que apresenta 60,86% dos jovens com ensino fundamental incompleto e 100% dos jovens com nenhum vínculo empregatício anterior.

Tabela 13 Vínculo Empregatícios em 31/12/2004, por grau de escolaridade para jovens entre 16 a 24 anos nos Municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e São José

Grau de Instrução/ Vínculo em 31/12/2004	1º Emprego	% TOTAL
2º grau completo	3.774	45,88
2º grau incompleto	1.638	19,91
4ª série completa	156	1,9
4ª série incompleta	41	0,5
8ª série completa	1.184	14,4
8ª série incompleta	432	5,25
Analfabeto	16	0,19
Superior completo	405	4,92
Superior incompleto	579	7,04
TOTAL 16-24 ANOS	8.225	100

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do RAIS, 2004

5.3. Algumas considerações sobre as inserções no mercado de trabalho

Findo o período de qualificação do Consórcio Social da Juventude o desafio posto era como inserir o jovem participante do mesmo em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo que exigia e exige profissionalização, experiência e alta elevação escolar, situação um tanto quanto diferente da realidade do Programa de jovens com baixa escolaridade e baixa experiência (nenhum ainda tinha trabalhado com carteira assinada). Se por um lado o programa possibilitou que jovens que não estudavam, se envolviam com drogas e em alguns casos cometeram e ainda cometiam algum tipo de delito, fizessem um curso profissionalizante de 400 horas que o incentivava a não mais cometer delitos e procurar um emprego, sonhando

com postos de trabalho e salários, por outro lado o mercado exigia muito mais do que força de vontade, sendo poucas às empresas que, para contratação, não exigem pelo menos o ensino médio completo.

Como observa Élvio Bornhausen, coordenador de inserção do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região Metropolitana (2006):

Mesmo com a leitura por parte do empresariado de que esta iniciativa estaria tirando jovens da violência e, porque não, do portão da sua casa, da porta de sua empresa, do retrovisor do seu automóvel com película e trava automática, na prática não efetivamos a maior parte de nossas tentativas de contratação de jovens. Por outro lado, as possibilidades mais reais de empregabilidade não despertam interesse nos jovens, como os *fast food* e as empresas de telemarketing, onde a média de permanência no emprego varia entre 3 a 6 meses. A elevação da auto-estima produzida pelo consórcio permite ao jovem sonhar com postos de trabalho e salários mais altos que os proporcionados por estas iniciativas. Os 60 currículos solicitados por uma empresa “parceira”, que viram pouquíssimas contratações; os 40 a serem contratados por outra parceira, que se transformam em aprendizes (com salário de R\$ 175,00), em estágios de 8h diárias (com salário de R\$ 200,00), nos mostra uma realidade dura de absorver pelos nossos anseios iniciais da execução do Consórcio.

Dentre os 1200 jovens era possível diagnosticar 4 perfis de jovens: 1. jovens freqüentando o ensino fundamental (60,86%), dos quais se inseriam jovens com grande defasagem escolar e “dificuldade de aprendizagem”, se apresentando como um grupo de pouca aceitação no que tange a inserção no mercado de trabalho, dada a exigência de uma alta escolaridade. 2. jovens cursando o ensino médio (35,74%); 3. jovens com ensino médio completo (3,4%); e 4. jovens em conflito com a lei (12%).

Diante desta heretogeneidade foram adotadas pelo Consórcio algumas medidas buscando a inserção de tais jovens no mercado de trabalho:

1. **Convênio Com Empresas Para Jovens Com Formação No Ensino Fundamental:**

Para o grupo de alunos que freqüentavam o ensino fundamental as estratégias procuraram se dar em ramos em que não havia a exigência de experiência e formação escolar, com as empresas de *fast-food* e de serviços gerais, onde a remuneração era aproximadamente de R\$ 240,00 por vinte horas semanais. Houve grande facilidade em encontrar vagas de emprego em tais ramos, a dificuldades se dando antes na recusa, correta por sinal, de muitos jovens e, principalmente de pais de jovens, em não querer que seus filhos trabalhassem em tais estabelecimentos. O interessante destas empresas é que apesar de possibilitar que fossem

empregados jovens com baixa escolaridade e pouca experiência, e serem conhecidos os graus de exploração e precarização das relações de trabalho em tais empresas, nem por isso deixavam de ser rigorosas as seleções para a escolha de funcionários. Outra constatação é dos vários entraves que tais empresas criaram para a liberação do xérox das carteiras de trabalho dos jovens (para que pudesse ser comprovada a inserção para o Ministério do Trabalho), bem como a demora para concretizar a contratação formal de muitos jovens, por mais que os mesmos já estivessem trabalhando.

2. **Pré-Convênio Com Empresas Para Formação Profissionalizante:** antes do início das atividades do programa, foi realizado pré-convênios com a Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina, para a qualificação de 40 jovens para a formação profissionalizante do curso de eletricista predial, com a promessa de que ao final do curso 50% dos jovens fossem encaminhados ao mercado do trabalho. Além disso, houve o comprometimento de arcar com os custos de qualificação, ficando a cargo do Aroeira o pagamento do auxílio financeiro dos jovens. Uma tentativa de garantir desde antes do início do curso a inserção de jovens no mercado de trabalho, que não se concretizou na prática. Houve uma série de problemas no decorrer do curso, desde a tentativa de expulsão de metade dos alunos, troca de professores, paralisação do curso por algumas semanas, que acabam se concretizando ao fim no curso na qualificação de 21 jovens (a maioria dos outros não abandonou o Aroeira, trocando, porém, de curso profissionalizante no decorrer do curso) e a inserção no mercado de trabalho de 11 jovens. De igual forma houve casos como a promessa de contratação de 60 jovens que na prática se concretizaram na “seleção” de 4, ou a seleção e contratação de 31 jovens que após um mês de trabalho se reduziu a 5, onde de um lado, os jovens diziam que eram explorados e tinham que acordar muito cedo, e de outro, a empresa dizia que os mesmos eram preguiçosos e sempre chegavam atrasado no emprego. O que se percebe com a tentativa de utilização dos pré-convênios é que eles não se concretizam na prática. A expectativa de quem recebe estes jovens certamente é sempre bem diferente da realidade que encontram na prática, se dando sempre a reação das empresas em desistir do processo ou querer “expulsar” os jovens ditos prejudiciais a continuação das atividades, impossibilitando a constituição de:

Espaços prazerosos, criativos, em que @s jovens vêm tendo a oportunidade de aprender uma forma de *transgressão* que não é autodestrutiva: transgredir as normas impostas por regimes de verdade que levam a que sejam considerados e – se considerem – incapazes, impotentes, ignorantes. Descobrimo-se *capazes* de fazer,

de aprender e, sobretudo, capazes de ser. Capazes, também, de nos instigar à busca de outras formas de implementar processos educativos e políticos. Afinal, quem vai minar a cultura hegemônica – de silenciamento e exclusão – senão jovens como *ess@s (...)*? *El@s* continuamente nos fazem aprender que se não conseguirmos fazer além do possível, nada acontece (AZIBEIRO, 2006, p. 42)

3. **Convênio Com Empresas Para Jovens Com Ensino Médio:** dado o pequeno número de jovens com ensino médio completo e, provavelmente a maior atenção dada a jovens com menor grau de formação escolar, foram pouco acompanhados os jovens com ensino médio completo. De qualquer forma o que se observa é: por um lado, o desinteresse de alguns em procurar emprego (antes muito mais interessando em continuar estudando), e por outro lado, que a maioria, por conta própria, procurou inserção no mercado do trabalho. A atuação da entidade âncora para inserção de tais jovens se deu principalmente via o contato com empresas de *telemarketing*.

4. **Aprendizagem:** com a fiscalização realizada nas empresas na Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina para que fosse cumprida a determinação em lei que determina a contratação de 5% a 15% do quadro de funcionários das empresas, com aprendizes aprendizagem foi possível a inserção de jovens do Consórcio em tal modalidade. Neste sentido, dos 114 empregos (27,1%) gerados com carteira assinada 41 (35,96%) se deram via tal modalidade. Certamente não foi concretizada maior inserção de jovens em tal modalidade em razão da exigência de até 16 anos e 6,7 meses de idade para o jovem aprendiz, já que a permanência do aprendiz se dá pelo período máximo de 2 anos, sendo aceitos jovens com mais de 18 anos apenas para setores em que há algum grau de periculosidade. O que se observa neste tipo de inserção é que as empresas só se utilizam de tais instrumentos porque são rigorosamente obrigadas. Pagam normalmente o mínimo possível (todos os aprendizes foram inseridos com salário de R\$ 175,00). Apesar dos baixos salários, sempre reafirmaram a exigência por jovens com maior formação escolar, não sendo poucas as empresas que diante de uma primeira recusa pelos jovens do Consórcio, procuraram realizar “seleções” nas escolas públicas da região, voltando ao Consórcio ao não ter encontrando o que procuravam (na verdade sempre diziam que até encontravam o que procuravam, estando o problema na recusa de tais jovens na remuneração de R\$ 175,00 e inserindo os jovens que havia “descartado” da primeira vez.

Do total de jovens inseridos com carteira assinada: a grande maioria tinha entre 16 e 18 anos (22,4% para 16 anos, 26,2% para 17 anos, 20,6% para 18 anos), cursava o ensino médio incompleto (65,4%, 10% para médio completo), era do sexo feminino (59,8%) e da raça/ cor afrodescendente (54,5%) e branca com 45,5%.

5. **Estágios Para Jovens Cursando Ensino Médio:** os jovens que cursavam o ensino médio foram encaminhados para as vagas de estágios de agências de integração como: CIEE (executoras do programa) e Fepese. Muitos jovens que estavam cursando ensino médio abriram mão de empregos com carteira assinada, onde teriam que trabalhar oito horas diárias, por um estágio de quatro horas semanais, em razão de não quererem comprometer a formação escolar. Neste sentido foi possibilitado (via a abertura de 125 vagas) que os jovens concluintes do ensino médio fossem encaminhados para cursos pré-vestibulares gratuitos. Infelizmente muitos jovens de Palhoça, São José e Biguaçu, não puderam participar do cursinho porque não tinham recurso financeiro para bancar o valor do vale transporte para freqüentar o cursinho em Florianópolis. Dos 407 jovens inseridos 17% se deram via estágios (69 jovens). O perfil de tal jovem era: jovens de 16 a 18 anos (20,3% para 16 anos; 45,3% para 17 anos e 26,6% para 18 anos), da raça/ cor afrodescendente (54%) e de ambos os sexos (50,8% do sexo masculino).

6. **Primeiro Emprego** – o convênio firmado com Brasília no que se refere ao Primeiro Emprego possibilitava que as empresas que quisessem contratar jovens sem vínculo empregatício, tivessem um subsídio de seis parcelas de R\$ 250,00 para a contratação da mesma. Na prática do Aroeira isto nunca existiu. Por meio de consultas a Delegacia Regional do Trabalho, foi aconselhado desde do início do programa a não utilização de tal artifício, visto que havia grande demora na liberação de tal recurso, ocasionando na maioria das vezes atrito entre a empresa e a entidade responsável pelo oferecimento de tal benefício. A experiência de outros Consórcios tem mostrado que muitos empresários não puderam aderir a subvenção do governo em razão de estarem em débito com União.

7. **Elaboração de Projetos para Capacitação de Recursos Que Possibilitem Sua Manutenção:** se por um lado havia um grande recusa por parte do empresariado em inserir jovens em seu quadro de funcionários, o mesmo não se nada na mesma intensidade quando o

assunto era a doação de recursos para a continuação das atividades de qualificação dos jovens do Aroeira. Não sendo possível a inserção imediata, o que se buscou a concessão de financiamento da iniciativa privada para que pudessem ser mantidas as atividades de qualificação, conseguindo assim, manter ocupado o tempo livre dos jovens, via a inserção em empreendimentos produtivos.

8. **Jovens Em Conflito Com A Lei:** os jovens em conflito com a lei, nunca foram separados ou apontados com jovens em conflito com a lei, estando distribuídos entre as várias turmas do projeto. De qualquer forma, chamou a atenção, um determinado grupo que reuniu 15 jovens, todos em conflito com a lei, oriundos da “Grotta – complexo Chico Mendes”, que realizaram qualificação em uma Fazenda em Limeira (Três Riachos) no município de Biguaçu, ao qual foi dado o nome de grupo “Frutos do Aroeira”. Surgiu em decorrência da solicitação dos jovens, que não adaptaram a noção de professor e sala de aula, bem como da necessidade de que se afastassem de suas localidades de origem em decorrência de brigas e disputas que certamente poderiam se transformar em mortes. Deste sentido, por meio da locação de um sítio, os jovens foram encaminhados para o mesmo, onde normalmente ficavam durante a semana, retornando para seus locais de moradia durante os fins de semana. Lá, sob a supervisão de educadores e monitores, realizaram qualificação na produção de hortaliças, pães e derivados do leite, além da formação em mecânica para jovens que, terminada a qualificação, não quisessem permanecer no sítio. Desta forma, visou:

(...) criar condições de participação e aprendizagem para que adolescentes e jovens em situação de extrema vulnerabilidade tenham como possibilidade, para sua formação, não somente espaços em regime de internação imposta pela lei. Demonstrar, na ponta do lápis, que é bem mais eficiente, além de menos custoso para o Estado, investir em experiências-piloto, como o Frutos do Aroeira, ao invés de construir centros de recuperação, que não apenas não recuperam mas aumentam a revolta, a agressividade e a violência dos jovens que passam por eles (AZIBEIRO, 2006, p. 24).

Atualmente dos 15 jovens que habitam o sítio há três remanescentes do grupo inicial de qualificação. Espera-se que no longo prazo o sítio tenha capacidade de abastecer com hortaliças, pães e derivados do leite, as necessidades da Incubadora Popular de Cooperativas. Atualmente a produção do sítio abastece com hortaliças o CEDEP – Centro de Evangelização Popular, que atende 300 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, possibilitando a geração de renda.

Por mais que houvesse grande dificuldade em encontrar vagas de emprego e/ou estágios onde os jovens pudessem ser inseridos o problema certamente não acaba por ai, estando na verdade só começando. Não foram poucos os casos de jovens que não tinham dinheiro para comprar vale transporte ou se diziam sem uma roupa adequada para realizar as entrevistas, sendo no começo das inserções, grande o número de jovens que faltavam nas seleções (normalmente as metades dos jovens iam às entrevistas). Diante disso, foi necessária a distribuição de vale transporte, bem como que, uma pessoa, para que se descolasse junto com os jovens para os locais de entrevistas, ajudando muito a reduzir o nível de baixa auto-estima e de confiança que tomava conta dos mesmos.

Pelo lado das empresas, quase nunca se concretizaram os pré-acordos para inserção de jovens. O discurso de comprometimento com a questão de jovens da periferia, na hora da entrevista se transformava no discurso de “você não tem jovens melhores ou jovens como boa formação familiar”, que se traduziam, infelizmente, na idéia de jovens “mais branquinhos”, que não “usassem boné, brinco ou *percing* e nem usassem aquelas calças largas e aquelas camisas escuras”. Há de se observar, também, a baixa remuneração e o não cumprimento da lei, no que se refere à contratação de jovens, havendo casos de empresas que queriam contratar sem registro formal, sem documento, achando que estão prestando um favor ao jovem e/ou casos em que o jovem foi mandado embora antes de efetuar o registro (na verdade as empresas normalmente seguravam por um tempo a carteira dos jovens, provavelmente para ver se o mesmo atenderia as aspirações da mesma, *descartando* os jovens quando assim achava necessário, não tendo que arcar com os custos de tal medida).

Pelo lado dos jovens, se sentiam muito acanhados e com muitas dificuldades: na hora da entrevista, para responder as perguntas das psicólogas; na apresentação pessoal desejada pela empresa, muitas vezes não tendo a possibilidade de ter certas roupas como uma camisa e uma calça social; na elaboração do currículo, com pouca prática do manuseio do computador; recurso financeiro para o deslocamento até o local da entrevista; e principalmente, fazer os jovens comparecerem na entrevista. Após a primeira recusa do jovem por parte de determinada empresa, em que havia uma grande frustração no mesmo, era muito difícil fazer com que fossem em outra e, na verdade, outras, muitas outras, entrevistas. Além disso, há de se observar a frustração dos muitos jovens que conseguiram um emprego, de expectativas não

correspondidas no que se refere a possibilidade de altos salários, sendo alto aqui entendido com algo superior a R\$ 300,00.

Por parte das executoras e da entidade âncora, há de se constatar os poucos contatos com o empresariado e certa falta de habilidade nesta relação com a iniciativa. As executoras certamente mostraram grande capacidade de entender, conviver e conhecer o jovem de periferia, mas a distância entre a periferia, a iniciativa privada e a esfera governamental ainda parece bastante, apesar de tal relação ter melhorado consideravelmente com as atividades do Consórcio.

5.4. Formas alternativas de geração de trabalho e renda

O instrumento de inserção mais utilizado pelo programa certamente foi a inserção em formas alternativas de geração de trabalho e renda, que compreende trabalho autônomo, cooperativas e associações, dos quais foram inseridos 55% dos jovens (224), sendo a maioria: na faixa etária de 16 e 17 anos (49,65), cursando ensino fundamental incompleto (53,4%, com 39% para ensino médio incompleto), do sexo masculino (60,5%) e da cor branca com 46,5% dos jovens (44,2% para afrodescendentes). Um dado relevante é que do total de jovens inseridos, que estão no ensino fundamental 79,9% foram inseridos via formas alternativas de geração de trabalho e renda.

As cooperativas vêm sendo citadas e apontadas por vários pesquisadores⁷ como uma forma alternativa de produção, fundada sobre a base da igualdade, solidariedade e de proteção ao meio-ambiente, capaz de transformar as relações entre capital e trabalho, possibilitando àqueles, antes marginalizados pelo modo de produção capitalista, geração de renda e inclusão social. Uma outra modo de modo que produção que visa mediante a propriedade coletiva dos meios de produção ou associada junto do capital, o direito à liberdade individual e autogestão (Singer, 2002) transformar o processo de submissão das relações humanas frentes as relações do capital. Entre seus principais princípios estão:

(...) o vínculo aberto voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros -; o controle democrático por parte dos membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio ‘um membro, um voto’, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou sua função na cooperativa -; a participação econômica dos membros – tanto como proprietários solidários

⁷ A temática sobre cooperativas pode ser vista com detalhes em SINGER (2002), SANTOS (2002) e MANCE (2003).

da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proveitos -; a autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva -; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa (BIRCHALL, 1997 *apud* SANTOS, 2002).

Uma forma alternativa de pensar as relações produtivas, que busca por meio de um processo contínuo de aprendizado, em que todos, em consonância com o princípio de um voto para cada membro, indiferente do nível de renda, adquiram posição crítica frente à construção de um mundo em que sejam privilegiadas não mais as relações que possibilitam que uma pequena faixa da população detenha o poder econômico da maior parte da riqueza existente, mais sim de construção de relações em que sejam cada vez mais notórios o fator humano, as relações de igualdade, justiça e fraternidade entre os cidadãos tão defendidas nas Revoluções do século XVIII (Francesa, por exemplo), quando da época de ascensão do modo de produção capitalista, mas cada vez mais esquecidas quando se observam as relações sociais no começo do século XXI.

Segundo pesquisa realizada ao final das atividades do Consórcio (2006), 72,1% dos jovens gostariam de participar de uma cooperativa. Durante a realização das atividades do consórcio surgiu a possibilidade de iniciação de alguns empreendimentos:

- Serigrafia: reúne jovens da Palhoça, da entidade João Rosa Jr., que buscam através da serigrafia, resgatar a identidade Afrodescendente, que caracteriza a maioria do grupo.
- Estamparia: localizada em Biguaçu, no bairro São Miguel, inserida em uma aldeia indígena, é formada por jovens indígenas, e busca por meio da serigrafia e confecção em malha o resgate da identidade Guarani;
- Manutenção e Instalação de Computadores: reúne jovens que fizeram o curso profissionalizante de montagem e manutenção de computadores. Agrega jovens das comunidades do Mont Serrat, Morro do Horácio, Morro da Penitenciária, da Serrinha e de Forquilha (São José). A formação de tal grupo foi bastante beneficiada pelo grande número de computadores de entidades com Correios, Bombeiros e Caixa Econômica Federal. Espera-se que nas atividades da segunda edição do Consórcio Social da Juventude os jovens possam atuar nas atividades de inclusão digital.
- Manutenção e Confecção de Instrumentos Musicais: atende jovens negros do Mont Serrat, com baixo nível de escolaridade que através da música e do manuseio do

instrumento, seja de percussão ou de corda, encontraram incentivo para desenvolver novas habilidades. Surgiu da demanda de jovens que não queriam realizar outros cursos profissionalizantes e interessavam pelo ofício de cantar e tocar. A partir da promessa de que continuassem realizando um dos cursos profissionalizantes existente até então, é que foi criada uma oficina de montagem e manutenção e confecção de instrumentos musicais de corda e percussão, a partir do recolhimento de instrumentos velhos em algumas entidades e nas escolas de samba da região.

- **Costura Industrial:** desenvolvida por jovens do Morro do Mocotó e do município da Palhoça (Residencial Madri), a grande maioria do sexo feminino, negras, e muitas já mães, objetiva o desenvolvimento de atividades de costura e serigrafia, com ênfase na cultura dos morros.
- **Confecção de pranchas de surf:** inspirada na iniciativa desenvolvida pelo Consórcio Social da Juventude de Fortaleza, as perspectivas de esta ser a principal e mais rentável iniciativa empreendedora são grandes, especialmente por estar em consonância com as aspirações naturais da cidade de Florianópolis. Reúne quinze jovens moradores do Monte Cristo, na sua grande maioria em situação de conflito com a lei.
- **Empreendimentos para surdos:** reúne 9 jovens, surdos, que realizaram suas atividades de formação no Instituto de Audição e Terapia da Linguagem e realizaram o curso de *Web Designer*. Reúne, também, jovem da Associação dos Surdos da Grande Florianópolis, empenhados na confecção de artesanato com a fibra de bananeira e de guloseimas fabricadas a partir da banana.

Nesse sentido foram buscadas alternativas e mecanismos que possibilitassem a manutenção dos jovens em locais de profissionalização (professor, matéria prima, máquinas e equipamentos, lanche e vale transporte, a um custo mensal de entre R\$ 200 e R\$ 300, 00) e a inserção de jovens, dentre os quais tiveram relevância, conforme o tipo de empreendimento:

1. Contrato com Brasília para implantação de empreendimentos cooperativos: por meio do convênio firmado com o Ministério do Trabalho foi liberado recurso financeiro para a estruturação produtiva de dois empreendimentos, a saber: a confecção de pranchas de surf e de produção de hortaliças do grupo *Frutos do Aroeira*.
2. Contrato com Empreendedores de sonhos para formação de Plano de Negócios e Planejamento: foi estabelecido convênio para que pudessem ser elaborados Planos de

Negócios para todos os empreendimentos, a fim de mensurar a viabilidade de implementação dos mesmos.

3. Curso de Formação de Cooperativismo na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: aproximadamente dois jovens de cada grupo foram encaminhados para Blumenau, a fim de que realizassem na Universidade de Blumenau curso de cooperativas. Uma observação importante, deste curso foi a impossibilidade de, sem qualquer motivo, os jovens ingressarem na Furb. Para jovens que nunca tinham saído de sua cidade, nem muito mesmo entrado numa Universidade, foi bastante constrangedor ser barrado na entrada de tal estabelecimento.

4. Prédio do Instituto Médico Legal: por meio de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, foi possibilitada a concessão de uso do espaço onde se localizava o Instituto Médico Legal, localizado no bairro estreito em Florianópolis, por 5 anos prorrogados por mais cinco anos, aprovado na Assembléia Legislativa em 7/02/2006 para formação da Incubadora Popular de Cooperativas, inaugurada 28 de julho de 2006. O espaço de 1260 m² abrigará os empreendimentos produtivos em formação, decorrentes das atividades do Consórcio, servindo de espaço de produção e comercialização.

5. Participação da Universidade Federal de Santa Catarina: ainda que de forma tímida a UFSC tem contribuído no processo, via a concessão de três bolsistas durante o prazo de 7 meses. Certamente ainda é muito pouco para uma entidade pública que tem entre os seus objetivos gerar inclusão social. Trabalhando na periferia o que se nota é que a *academia* se encontra cada vez mais distante da realidade de pobreza que, por exemplo, cerca a Universidade Federal de Santa Catarina, inserida no complexo do Maciço do Morro da Cruz. Muitos estudantes foram recebidos para que pudessem realizar pesquisas e aplicar questionários. O problema era que ou o resultado da pesquisa ou o *pesquisador* nunca mais retornavam.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da capacidade cada vez maior da sociedade em produzir os bens necessários para a produção e reprodução da vida das pessoas, com cada vez menores custos, é cada vez mais desigual a forma como tais benefícios beneficiam e são distribuídos para a população. Um cenário em que cada vez mais pessoas são destituídas de direitos básicos como saúde, moradia e alimentação, destituídas da capacidade de reproduzir sua existência, haja vista os altos índices de exclusão social e desemprego que assola a população, principalmente a população jovem.

Paralelamente, se observa a incapacidade cada vez maior do Estado em oferecer respostas a tal cenário, principalmente no que se refere à manutenção de políticas expansionistas que garantam crescimento econômico e possibilitem geração de trabalho e renda, estando atualmente restringida, à adoção de políticas de requalificação profissional e de programas de redistribuição de renda, nos quais se insere o Consórcio Social da Juventude, tema da presente monografia.

Neste sentido, a partir do trabalho apresentado, foi possível analisar, contextualizar e descrever as alterações por que tem passado o mercado de trabalho, bem como as políticas públicas de geração de trabalho e renda adotadas no Brasil, através da revisão teórica sobre os temas relacionados às políticas de geração de trabalho e renda. Foi dada relevância às transformações empreendidas pelo Fordismo, Taylorismo e Toyotismo na organização do trabalho; ressaltando as implicações que tais transformações tiveram sobre o trabalhador, no que se refere à precarização das relações de trabalho, achatamento dos salários reais e aumento das taxas de informalidade e desemprego; e à capacidade cada vez menor do Estado em adotar medidas que possibilitem crescimento e desenvolvimento econômico.

No Brasil os problemas de desemprego assolam cada vez mais a população, principalmente a juvenil. Dados do IPEA (2006) para o ano de 2004, apontam uma taxa de desemprego para a população de 15 a 24 anos da ordem de 19,3% (bastante superior a média para todas as faixas etárias que é de 9,7%). Os Consórcios Sociais da Juventude são um dos subprogramas que compõem o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Governo Federal que, visa elevar o nível de escolaridade e qualificação profissional de jovens entre 16 e 24, em situação de desemprego involuntário, que estejam estudando ou já

tenham completado o ensino médio, tenham baixa renda e que nunca tenham tido sua carteira de trabalho assinada.

Neste, através do presente trabalho, foi realizada a descrição geral dos Consórcios Sociais da Juventude, com destaque para a descrição do Consórcio realizado na Região da Grande Florianópolis, que atendeu 1200 jovens dos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça e Paulo Lopes, por meio da contratação de 19 entidades não governamentais, contratadas para a qualificação de 400 horas, nas temáticas: valores humanos, ética e cidadania; elevação da escolaridade; inclusão digital; educação ambiental; formação profissionalizante e formação específica.

Foi realizada a descrição do Perfil dos jovens participante do Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região, onde se constatou participação de jovens: em sua maioria na faixa etária de 16 a 18 anos (72,2%); natural da cidade de Florianópolis (54,3%); da cor branca (46,5%) e afrodescendente (49,3%); com ensino fundamental incompleto (60,86%); e renda familiar extremamente baixa (27,7% declararam renda entre R\$ 30 a R\$ 150,00).

Foram discutidas as formas de inserção no mercado de trabalho dos jovens participantes nas categorias estágio, emprego com carteira de trabalho e inserção via formas alternativas de geração de trabalho e renda. Foram inseridos 407 jovens, dos quais 224 (55%) se deram em formas alternativas de geração de trabalho e renda; 114 (28%) por meio de emprego formal e 69 (17%) por meio de estágios. O perfil do jovem inserido foi: pequena preponderância do sexo masculino (53,3%); com escolaridade no ensino médio incompleto (55,55); com idade entre 16 a 19 anos (85%) e raça/ cor afrodescendente (49,3%).

Levando em consideração os objetivos gerais do Consórcio de “promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade social, por meio da mobilização e da articulação dos esforços da sociedade civil” (MTE, 2005) é possível afirmar que a implementação do Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis conseguiu cumprir tal objetivo, não apenas por ter conseguido cumprir a meta de 30% de inserções, mas por conseguir fazer com que alguns jovens que matavam, pensavam em matar, andavam de cabeça baixa, tinham baixa estima, nenhuma perspectiva de futuro e só queriam saber de brigar, quando do período de início das atividades, hoje sonham com um emprego e com atividades que lhe possibilitem geração de trabalho e

renda. Pode parecer pouco, mas não deixa de ser interessante, observar que jovens que pediam esmolas hoje são comerciantes ou vendem seus produtos nas ruas da cidade como autônomos.

Porém, se por um lado o projeto consegue cumprir muito bem a prerrogativa de “elevar a auto-estima e incentivar a participação cidadã da juventude na vida social e econômica do País” (MTE, 2005), reacendendo a auto-estima do jovem e incentivando-o a buscar atividades que possibilitem geração de trabalho e renda, a situação se torna mais difícil quando o assunto é “inserir jovens no mundo do trabalho por meio da intermediação de mão-de-obra e promoção de atividades autônomas (MTE,2005)”, enquanto objetivo explícito de Política Pública de Emprego e Renda, principalmente no mercado formal de trabalho. Dentre as causas para tal problema, certamente estão a restrição e competitividade do mercado de trabalho, que tem crescido muito pouco nos últimos anos, e na região da grande Florianópolis é bastante propício a contratação, por meio de estágios, de jovens universitários; a baixa escolaridade e experiência dos jovens, preponderantemente no ensino fundamental (mais de 60%) e sem qualquer experiência no mercado formal; e a recusa do empresariado por jovens da periferia, apesar do *dito comprometimento* com a questão da responsabilidade social.

No que se refere ao objetivo do programa Primeiro Emprego de “preparar os jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda, e proporcionar qualificação e atividades que possam despertar o espírito empreendedor dos jovens” (MTE, 2005), o tempo de qualificação é extremamente curto para que os jovens possam se qualificar, apesar de conseguir incentivar o jovem a retornar para a escola e continuar se profissionalizando e estudando. Diante da curta periodicidade é que, provavelmente, tem relevância a inserção do jovem em Formas Alternativas de Geração de Trabalho e Renda, como as possibilitadas pela Incubadora Popular de Cooperativas, para que possam continuar se profissionalizando. Para isto se fez necessário a criação de uma estrutura que comportasse a garantia de professores, alimentação, vale transporte, matéria prima e maquinário, a um custo baixo (R\$ 200,00 a R\$ 300,00) comparativamente aos gastos com um jovem de um centro de Reabilitação, com custo aproximado de R\$ 2000 (AZIBEIRO, 2006), conseguindo com isso, manter ocupado o tempo livre do jovem com atividades profissionalizantes que, no longo prazo, possibilitem geração de trabalho e renda, conseguindo “fomentar experiências bem-sucedidas da sociedade civil organizada” (MTE, 2005). Um dos atrativos de tal medida é a

maior participação do empresariado, muito mais disposto a doar recursos para que outros tomem conta de tais tipos de jovens.

Por fim, olhando as coisas de fora, é interessante observar como pessoas que vivem quase sem renda ainda não se revoltaram, contra algo que insiste em querê-las excluir; do mesmo modo que é cada vez mais difícil chamar de “*bandido*” um jovem que rouba por um prato de comida ou coisa similar; por mais errado que seja a noção de roubar, o problema parece muito maior que o simples ato de roubar ou não roubar. Todas as vezes que surgiam indicações no sentido de expulsar determinados jovens entre os 1200, ficava a interrogação do que poderia vir depois e, mais do que isto, se esta era a melhor atitude a ser tomada.

A discussão sobre políticas de geração de trabalho e renda não se esgota neste trabalho, havendo ainda muitas lacunas a serem preenchidas e exploradas que poderiam ser objeto de estudos aprofundados. A partir da descrição de programas como o Consórcio Social da Juventude, e do conhecimento no meio acadêmico de tais tipos de programa, é relevante a discussão e o aprofundamento de outras questões, sugeridas a abaixo, para possíveis estudos:

- Mensurar os impactos e custos (sociais, econômicos, pedagógicos) da implementação da incubadora popular de cooperativas na região da grande Florianópolis;
- Mensurar o impacto da implementação de programas como o Consórcio na redução do Índice de Criminalidade e, conseqüentemente, a viabilidade de tais programas como políticas ativas de combate a criminalidade.
- Estudar a viabilidade do Programa Aprendizagem como uma alternativa de geração de trabalho e renda, elevação do conhecimento e experiência profissionalizante, bem como uma alternativa a proliferação de estágios.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de Paiva; et al. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 445p.
- ACESSO ON LINE AS BASES ESTATÍSTICAS RAIS E CAGED. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/PDET/Acesso/RaisOnLine.asp>. Acesso em: 15 de junho de 2006.
- ANDRADE, Glady. O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/resultadoBusca.php?acao=PESQ&pr=ipea_pr_public&db=ipea_db_public&use=kw_livre&t=xs&disp=list&sort=off&ARG=primeiro+emprego&opcao=biblioteca&pesquisar=pesquisar Acesso em: 9 de julho de 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- _____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- ATHAYDE, Celso; et al. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva: 2005. 295 p.
- AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Que Cara tem o Aroeira?**. Florianópolis: Cepec, 2006.
- CATTANI, Antônio David, et. al. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- _____. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administracao** : teoria, processo e prática. 2. ed Sao Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1994. 522p.
- DE MASI, Domenico. **A sociedade pós - industrial**. 3. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 1999.
- _____. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 4. ed Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2000.
- DE MASI, Domênico; PALIERI, Maria Serena. **O ócio criativo**. 2. ed Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed São Paulo: Nacional, 2004.
- GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do poder**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Claudia. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 2. ed. rev. e atual Rio de Janeiro: Campus, 2000. 475p.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HARVEY, David. **Condição Pós – Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

- HOBBSAWM, E.J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 de maio de 2006.
- IPEA. **O Estado de uma Nação 2006**. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 8 de agosto de 2006.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, c1982. 328p
- MANCE, Euclides André. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, Ifil, 2003.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968. Liv.1. v.1.
- MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a pratica de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 1991.
- Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 11 de março de 2006.
- MOURA, Paulo Cavalcanti da Costa. **A crise do emprego: uma visão além da economia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- NOVAES, Regina; et al. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- PEREIRA, Antônio Garcia; et al. **Globalização: novos rumos no mundo do trabalho**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2001.
- POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher, 2000.
- _____. **O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. **O trabalho sob Fogo Cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **A Década dos Mitos: O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.
- POLÍTICAS públicas de/para/com juventudes**. Brasília (DF): UNESCO, 2004.
- Relatório de Desenvolvimento Juvenil**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14773. Acesso em: 10 de abril de 2006.
- Relatório final do consórcio social da juventude de Florianópolis e região metropolitana: Análise do Processo a partir das Perspectivas Setoriais**. Florianópolis, 2006
- RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1996.
- RUSSELL, Bertrand; LAFARGUE, Paul; DE MASI, Domenico. **A economia do ócio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SINGER, Paul. **Economia Política do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

Termo de Referência do Consórcio Social da Juventude. Acesso em: 10 de fevereiro de 2006.
Disponível em:

<http://www.mte.gov.br/FuturoTrabalhador/PrimeiroEmprego/consorcio/conteudo/termodereferencia20062005.pdf#search='termo%20de%20referencia%20do%20consorcio%20social%20da%20juventude>

ANEXOS

Anexo 1 Ficha Cadastral do Jovem

FICHA CADASTRAL DO JOVEM INGRESSANTE NO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO

1 - Identificação

Nome:

Apelido:

Documentação primária (deve possuir pelo menos um destes documentos e fornecer seu número obrigatoriamente)

Possui CPF? Sim, nº

Não possuo/perdi o CPF

Possui Carteira de Trabalho? Sim, nº do PIS:

Não possuo Carteira de Trabalho

Possui Título de Eleitor? Sim, nº

Zona: Seção:

Não possuo/perdi o Título de Eleitor

Documentação secundária (preencher todos os documentos que possui)

Possui RG? Sim, nº

Órgão Emissor:

Não possuo/perdi meu RG

Possui Certidão de Nascimento? Sim

Data de nascimento: __/__/____

Cartório:

UF:

Nascimento nº:

Livro nº:

Folha nº:

Não possuo/perdi minha certidão de nascimento

Possui Carteira de Habilitação (CNH)? Sim, nº

Não possuo CNH

Possui Certificado de Reservista? Sim, nº

Não possuo Certificado de Reservista

Número do NIS:

Endereço

CEP:

Logradouro (Rua/avenida/praça/quadra):

Complemento:

nº:

Bairro:

Ponto de referência:

Município:

UF:

Área: Rural Urbana

Contatos

Telefone (com DDD):

Celular:

E-mail:

Naturalidade:

UF:

Área: Rural Urbana

Nacionalidade:

N.R.E. (se estrangeiro):

2 - Dados pessoais

Sexo: Masculino Feminino

Cor/Raça: Branca Preta Amarela Parda Indígena

Estado civil: Solteiro(a) Casado(a)/vive junto Separado(a) Viúvo(a)

É portador de alguma necessidade especial? Não Sim, visual Sim, mudez/afasia

Sim, surdez Sim, física Sim, outra. Qual?

Tem algum tipo de dificuldade de locomoção? Não Sim

Está cumprindo medidas sócio-educativas? Não Sim (Liberdade Assistida/Semi-Liberdade)

Já esteve em conflito com a lei ou cumpriu medidas sócio-educativas? Não Sim

Conflito com a lei: Se caracteriza por estar cumprindo ou ter cumprido medida devido à prática de ato infracional, como: obrigação de reparar o dano, prestação de serviços a comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade ou internação em estabelecimento educacional.

3 - Escolaridade

3.1 - Frequenta escola? Sim Não → **continue na pergunta 3.3**

3.2 - Qual curso freqüenta na escola, e em que série está?

- | | | |
|--|---|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Regular de Ensino Fundamental ou de 1º grau | → | <input type="checkbox"/> Primeira |
| <input type="checkbox"/> Regular de Ensino Médio ou de 2º grau | → | <input type="checkbox"/> Segunda |
| <input type="checkbox"/> Supletivo de Ensino Fundamental ou de 1º grau | | <input type="checkbox"/> Terceira |
| <input type="checkbox"/> Supletivo de Ensino Médio ou de 2º grau | | <input type="checkbox"/> Quarta |
| <input type="checkbox"/> Pré-vestibular | | <input type="checkbox"/> Quinta |
| <input type="checkbox"/> Superior | | <input type="checkbox"/> Sexta |
| <input type="checkbox"/> Alfabetização de adultos | | <input type="checkbox"/> Sétima |
| | | <input type="checkbox"/> Oitava |

(Continue na pergunta 4)

3.3 - Já freqüentou a escola? Sim Não → **continue na pergunta 4**

3.4 - Qual o curso mais elevado que freqüentou?

- | | | |
|--|---|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Regular de Ensino Fundamental ou de 1º grau | → | <input type="checkbox"/> Primeira |
| <input type="checkbox"/> Regular de Ensino Médio ou de 2º grau | → | <input type="checkbox"/> Segunda |
| <input type="checkbox"/> Supletivo de Ensino Fundamental ou de 1º grau | | <input type="checkbox"/> Terceira |
| <input type="checkbox"/> Supletivo de Ensino Médio ou de 2º grau | | <input type="checkbox"/> Quarta |
| <input type="checkbox"/> Pré-vestibular | | <input type="checkbox"/> Quinta |
| <input type="checkbox"/> Superior | | <input type="checkbox"/> Sexta |
| <input type="checkbox"/> Alfabetização de adultos | | <input type="checkbox"/> Sétima |
| | | <input type="checkbox"/> Oitava |

4 - Habilidades específicas

Sabe ler e escrever? Sim Não Habilidade manual: Destro Canhoto Ambidestro
 Sabe usar programas básicos de informática? Sim Não

5 - Situação laboral

5.1 - Já trabalhou? Sim Não → **continue na pergunta 5.4**

5.2 - Este trabalho era remunerado? Sim Não

5.3 - Este trabalho era com Carteira de Trabalho (CTPS) assinada? Sim Não

5.4 - Já participou de alguma das seguintes atividades? Organização de bairro Organização não-governamental (ONG) Grupo Religioso Outra, qual?

5.5 - Já exerceu trabalho voluntário não remunerado? Sim Não

6 - Caracterização do domicílio

6.1 - Mora com a mãe ou outro responsável?

Não Sim → Qual a escolaridade da mãe ou principal responsável? (Curso e série mais elevado concluído com aprovação)

- | | | |
|--|---|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Regular de Ensino Fundamental ou de 1º grau | → | <input type="checkbox"/> Primeira |
| <input type="checkbox"/> Regular de Ensino Médio ou de 2º grau | → | <input type="checkbox"/> Segunda |
| <input type="checkbox"/> Superior | | <input type="checkbox"/> Terceira |
| <input type="checkbox"/> Alfabetização de adultos | | <input type="checkbox"/> Quarta |
| <input type="checkbox"/> Não alfabetizado(a) | | <input type="checkbox"/> Quinta |
| | | <input type="checkbox"/> Sexta |
| | | <input type="checkbox"/> Sétima |
| | | <input type="checkbox"/> Oitava |

6.3 - Tem filho(s)? Não Sim → Vive com os filhos no mesmo domicílio? Sim Não

6.4 - É o principal responsável pelo sustento da família? Não Sim

6.5 - Número de membros da família que moram no mesmo domicílio:

6.6 - Número de membros da família, do mesmo domicílio, que trabalham:

6.7 - Renda domiciliar mensal: R\$

6.8 - Renda própria mensal: R\$

6.9 - Alguém da família recebe algum auxílio do governo? Não Sim, o Bolsa Família Sim, outro

7 - Divulgação do programa e motivação para participar

7.1 - Como ficou sabendo das atividades do Programa Primeiro Emprego?

Rádio/televisão/jornal Cartaz/folheto Através de membros da entidade executora Moradia próxima ao local do curso Através de amigos ou parentes SINE DRT Outro, qual?

7.2 - Qual o principal motivo que o levou a participar do programa?

Aprender/iniciar uma profissão Abrir seu próprio negócio Conseguir emprego Auxílio financeiro durante o curso Ajudar a comunidade com trabalho voluntário Outro, qual?

7.3 - Pretensão profissional

Ocupação pretendida:

1º) _____

2º) _____

3º) _____

A ser preenchido pelo cadastrador:

Modo de ingresso do jovem no PNPE:		<input type="checkbox"/>	Consórcio Social da Juventude
		<input type="checkbox"/>	Juventude Cidadã
		<input type="checkbox"/>	Empreendedorismo
		<input type="checkbox"/>	Soldado Cidadão
		<input type="checkbox"/>	Projeto Amanhã (CODEVASF)
		<input type="checkbox"/>	DRT
		<input type="checkbox"/>	SINE
		<input type="checkbox"/>	Inscrição pela Internet
Responsável pelo cadastro (nome completo): _____			
Data do Cadastro: __/__/____			
Telefone de Contato: (____) _____			
E-mail: _____			
Identificação da entidade conveniada			
Razão social:		CNPJ:	
Nome fantasia:			
Endereço:			
Município:		Estado:	CEP:
Telefone:		E-mail:	
Pessoa responsável pela entidade (coordenador ou principal contato):			
Identificação da entidade executora			
Razão social:		CNPJ:	
Nome fantasia:			
Endereço:			
Município:		Estado:	CEP:
Telefone:		E-mail:	
Pessoa responsável pela entidade (coordenador ou principal contato):			

Anexo 2 Como o jovem vê o projeto Aroeira

QUESTIONÁRIO**Questionário informativo a respeito de como o jovem viveu Projeto Aroeira****PROJETO AROEIRA**

1. Participar do AROEIRA te fez:

- Crescer; Não modificou nada; Piorar

2. Numere de 1 a 5, **começando** com o que você achou mais importante no AROEIRA:

- Conhecimento profissional; Crescimento pessoal; Bolsa-auxílio (R\$150,00);
 Relacionamento com os colegas; Relacionamento com os educadores.

3. O que o levou a participar do AROEIRA **foi primeiro**:

- pela Bolsa-auxílio (R\$150,00) pela formação profissional
 para aprender coisas novas para conhecer outros jovens

4 – Sua família, ou alguém dela, lhe acompanhou em algumas dessas atividades do Aroeira? Marcar tantas quantas necessário:

- Ir ao banco para recebimento da bolsa-auxílio (R\$150,00)
 No trabalho voluntário
 Acompanhou alguma atividade de ensino
 Não acompanhou, mas sempre perguntou sobre o andamento do curso;
 Nunca participou das atividades do Aroeira.

5. Com o AROEIRA:

- Descobri a existência de diversas comunidades que nunca tinha ouvido falar;
 Aumentei o meu contato com jovens de outras comunidades que eu não conhecia;
 Piorou minha relação com outras comunidades.

CURSOS

6. O que você estudou nos temas básicos (elevação de escolaridade, educação ambiental, inclusão digital e ética e cidadania) você já sabia:

- sim mais ou menos; muito; pouco; não.

7. O que você aprendeu nos cursos profissionalizantes do Aroeira:

- será muito importante para conseguir um trabalho
 ajudará mais ou menos a conseguir um trabalho
 não ajudará em nada
 será importante porque você se formará em uma profissão

8. O jeito como os educadores ensinaram os assuntos durante todo o curso foi:

- igual a escola pior que a escola melhor que a escola

ATIVIDADES DE ESPORTE E AVENTURA (rapel, trilhas e escaladas)

9. Antes de você ter feito atividade de esporte e aventura no AROEIRA, você:

- já tinha feito em outro lugar; só tinha visto na TV; só tinha ouvido falar; outros.

OUVIDORIA

10 – Pra você como foi à atuação da Ouvidoria?

- Muito boa Boa Mais ou menos Ruim

11 – Você estava por dentro dos assuntos discutidos pela Ouvidoria?

Sim Não Às vezes

12 – Para você a Ouvidoria ajudou a resolver problemas de interesse dos jovens no Projeto Aroeira?

Sim Não

GRANDES ENCONTROS

13 – Os grandes encontros foram:

muito bom; bom; mais ou menos; ruim.

14. Os grandes encontros mudaram a opinião que você tinha sobre os colegas de outras comunidades?

Sim Não

TRABALHO VOLUNTÁRIO

15. Você já havia feito trabalho voluntário em sua vida?

Sim Não

16. Você acha importante fazer trabalho voluntário?

Sim Não

17. Você continuará fazendo trabalho voluntário após o consórcio?

Sim Não

18. Modificou a sua relação com a Comunidade?

Sim Não

19. Se sim,

Aumentou sua participação na comunidade

Apontou novas formas de trabalho comunitário

Mostrou possibilidades de reivindicar seus direitos

Piorou meu envolvimento comunitário;

BOLSA-AUXÍLIO

20. Sobre a bolsa-auxílio de R\$150,00 que você recebe todo mês:

sem ela não participaria do projeto; independente da bolsa eu faria o curso.

21. O valor da bolsa-auxílio (R\$150,00) é:

ótimo; bom; baixo.

22. Com o dinheiro da bolsa-auxílio (R\$150,00) você:

só comprava coisas para você

Ajudava a família dando todo o dinheiro recebido;

Ajudava a família dando uma parte do dinheiro recebido;

COOPERATIVA

23 – Você gostaria de participar de uma Cooperativa?

Sim Não